

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	8

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	37
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	43
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	45
10.5 - Políticas contábeis críticas	52
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	63
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	64
10.8 - Plano de Negócios	65
10.9 - Outros fatores com influência relevante	66

**Formulário de Referência – JBS S.A.****5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos****5.1 Descrição, quantitativa e qualitativamente, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros:**

**O governo brasileiro exerce, e continuará a exercer, influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, assim como as condições políticas e econômicas do país, poderiam afetar negativamente as atividades da Companhia.**

O governo brasileiro intervém frequentemente na economia do país e ocasionalmente implementa mudanças políticas e regulatórias significativas. As ações do governo para controlar a inflação e outras regulamentações e políticas têm envolvido, entre outras medidas, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorizações cambiais, controle de capitais, limites a importações, entre outras ações. As atividades da Companhia, assim como sua situação financeira e resultados operacionais, podem ser adversamente afetados por mudanças em políticas e regulamentações governamentais envolvendo, ou afetando, fatores tais como:

- política monetária e taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas internacionais;
- flutuações na taxa de câmbio;
- mudanças fiscais e tributárias;
- liquidez do mercado financeiro e de capitais brasileiro;
- taxas de juros
- inflação;
- liquidez do mercado financeiro e de capitais domésticos;
- escassez de energia;
- política fiscal; e
- outras mudanças políticas, sociais e econômicas no país ou que afetem o mesmo.

Incertezas relacionadas à possibilidade de o governo brasileiro implementar, no futuro, mudanças políticas e regulamentações que envolvam ou afetem os fatores mencionados acima, entre outros, podem contribuir para um cenário de incerteza econômica no país e de alta volatilidade no mercado nacional de valores mobiliários, assim como em valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras no exterior. Essa incerteza e outros eventos futuros que afetem a economia brasileira, além de outras medidas adotadas pelo governo, podem afetar negativamente as operações da Companhia e seus resultados operacionais.

A Companhia não pode prever se, ou quando, novas políticas fiscais, monetárias e de taxas de câmbio serão adotadas pelo governo brasileiro, ou mesmo se tais políticas irão de fato afetar a economia do país, as operações, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

**As operações internacionais e de exportação expõem a Companhia a riscos relacionados a flutuações de moeda, bem como a riscos políticos e econômicos em outros países.**

As exportações da Companhia, principalmente para África, Oriente Médio, México, China, Hong Kong, Vietnã, Japão, Rússia e União Europeia representaram aproximadamente 24,5% da receita bruta de vendas da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2012. As atividades internacionais da Companhia a expõem a riscos não enfrentados por empresas com atuação restrita ao Brasil. Um risco significativo é a possibilidade de as operações internacionais serem afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio e exigências de licença de importação ou exportação. O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos principais mercados da Companhia (África, Oriente Médio, México, Japão, Rússia, União Europeia, Hong Kong, Coreia do Sul, Canadá e China). Outros riscos associados às operações internacionais da Companhia incluem: (i) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera; (ii) controles cambiais; (iii) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de uma região específica, em particular de mercados emergentes; (iv) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias; (v) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos, incluindo, sem se limitar, a Lei sobre Práticas de Corrupção no Exterior; (vi) alíquotas de tributos que poderão exceder as dos tributos norte-americanos e ganhos que poderão estar sujeitos a exigências de retenção e aumento de tributos incidentes sobre o repatriamento; (vii) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária; e (viii) custos de distribuição, interrupções do transporte ou redução da disponibilidade de transporte fretado.

A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo sobre os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

**Formulário de Referência – JBS S.A.****5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

**Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações da Companhia.**

O valor de mercado de valores mobiliários de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes escalas pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica no Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Por exemplo, os recentes acontecimentos no mercado de dívida soberana relacionado aos países da União Europeia, especialmente a Grécia, levaram ao aumento das incertezas. Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Isso poderia prejudicar o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de ações norte-americanos. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo, mas não limitado a, a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de mercados emergentes resultou, em geral, na saída de recursos do Brasil e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em uma recessão global, com vários efeitos que, direta ou indiretamente, prejudicaram os mercados financeiros e da economia brasileira.

Qualquer um desses fatores pode afetar negativamente o preço de mercado dos títulos mobiliários e tornar mais difícil para nós acessar os mercados de capitais e o financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

**A Companhia está sujeita a variações nas taxas de câmbio e de juros.**

Em 31 de dezembro de 2012, 37,0% do endividamento da Companhia era denominado em moeda estrangeira e 31,8% de um total de R\$ 20.488,9 milhões, estava sujeita a variações da taxa de juros, especificamente do CDI, TJLP e LIBOR, já contemplados os efeitos das operações de *swap*. Oscilações nas taxas de câmbio e de juros correntes decorrem de diversos fatores fora do controle da Companhia. Caso as taxas de câmbio e de juros aumentem significativamente, as despesas financeiras da Companhia aumentarão e a capacidade de obter financiamentos poderá diminuir, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

**Oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial no negócio da Companhia e nos preços de mercado das suas ações.**

O Comitê de Política Monetária do Banco Central estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro em geral. Em 31 de dezembro de 2012, aproximadamente 31,8% das dívidas da Companhia, no valor de R\$ 20.488,9 milhões, eram (i) denominadas (ou conversíveis) em reais e atreladas a taxas do mercado financeiro brasileiro ou a índices de inflação, tais como TJLP, taxa de juros aplicadas em contratos da Companhia financeiros firmados com o BNDES e taxa CDI; e (ii) denominadas em dólares e atreladas a LIBOR. Portanto, uma elevação do CDI, da TJLP ou da LIBOR poderá ter impacto negativo nos resultados da Companhia, na medida em que pode aumentar os custos da dívida da Companhia.

**A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, e podem gerar um efeito adverso relevante sobre condição financeira da Companhia, seus resultados operacionais e o preço de mercado de suas ações.**

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la causaram, no passado, efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No ano de 1993, por exemplo, a inflação atingiu

**Formulário de Referência – JBS S.A.****5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

taxas de 2.477,2%, enquanto nos anos mais recentes de 2009, 2010 e 2011, atingiu taxas de 4,3%, 5,9% e 6,5%, respectivamente, segundo dados do IBGE. No entanto, pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. O Brasil poderá vivenciar altos índices de inflação no futuro. As pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as operações da Companhia e o valor de mercado das suas ações.

**A volatilidade do real em relação ao dólar, euro e outras moedas pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia e sobre o preço de mercado de suas ações.**

Historicamente, a moeda brasileira sofreu freqüentes desvalorizações. O Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio paralelo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R\$ 2,044 por US\$ 1,00.

Uma parcela significativa do endividamento da Companhia, parte significativa de sua receita e algumas de suas despesas operacionais são, e a Companhia espera que continuem sendo, denominadas ou indexadas em dólares norte-americanos e em outras moedas estrangeiras. A exposição líquida da Companhia a moedas estrangeiras, em 31 de dezembro de 2012 era de, aproximadamente, R\$7.584,3 milhões. A Companhia administra parte de seu risco cambial por meio de instrumentos derivativos em moeda estrangeira, sem que sua exposição líquida por endividamento em moeda estrangeira esteja totalmente coberta por *hedge*. Além disso, é possível que não haja disponibilidade no mercado para a realização de operações de *hedge* a custos razoáveis. A menos que a Companhia efetue, com sucesso, operações de *hedge* para toda sua exposição em moeda estrangeira, qualquer desvalorização cambial poderia ter um efeito adverso relevante nos negócios e nos resultados operacionais da Companhia. Adicionalmente, uma desvalorização ou uma taxa de câmbio menos favorável poderia efetivamente aumentar a despesa de juros em relação à dívida da Companhia em dólares norte-americanos.

**Formulário de Referência – JBS S.A.****5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, seus objetivos, estratégias e instrumentos:*****a. riscos para os quais se busca proteção:***

A Companhia busca proteção contra riscos de mercado e de crédito. Dentre os riscos de mercado, a Companhia está sujeita notadamente a variações de taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities.

***b. estratégia de proteção patrimonial (hedge):***

Em sua rotina operacional, a Companhia e suas controladas geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas de maneira integrada pela Diretoria de Controle de Riscos (Risk Management), seguindo diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos definida pelo Comitê de Gestão de Riscos e Diretoria Executiva.

A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da Companhia e também por propor estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação do Comitê de Gestão de Riscos que, ao aprová-las, supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos.

Em particular, as exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos.

É função da Diretoria de Controle de Riscos garantir que as demais áreas operacionais da Companhia estejam dentro dos limites de exposição definidos pela Administração da Companhia, financeiramente protegidas contra oscilações de preços, centralizando as exposições e aplicando a Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A Diretoria de Controle de Riscos utiliza sistemas de informação proprietários e de terceiros, específicos para o gerenciamento de posições e riscos de mercado, efetuando análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a bolsa de valores.

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados às suas contas a receber de clientes, aplicações financeiras e contratos de proteção. No caso de contas a receber de clientes, a Política de Gestão de Riscos entende que a pulverização da carteira contribui significativamente com a redução do risco de crédito, mas também estabelece parâmetros para a concessão de crédito observando limites proporcionais, índices financeiros e operacionais, amparados por consultas a órgãos de monitoramento de crédito.

Para o caso das operações financeiras que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), a Companhia emprega limites de exposição definidos pelo Comitê de Gestão de Riscos, baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

***c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):*****Risco de taxas de juros**

O risco de taxa de juros sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos é reduzido, através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI, por meio de contratos de mercado futuro em bolsa de valores e também de swaps negociados nos mercados de balcão

**Formulário de Referência – JBS S.A.****5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****Risco de variação cambial**

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio, através da contratação de *hedge* de futuro de câmbio na BM&F, contratos de NDF (Non Deliverable Forwards) e contratos de *swap* (troca de variação cambial por variação da taxa CDI), buscando o zeramento da posição.

**Risco de Commodities**

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços de commodities, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro.

**d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:****Risco de taxas de juros**

Os parâmetros para cobertura levam em consideração a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros em comparação com a taxa CDI. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de sistemas de informações dedicados que realizam marcação a mercado seguindo as melhores práticas do mercado financeiro e também análise de valor em risco (VAR para 1 dia e 99% de intervalo de confiança) e testes de stress.

**Risco de variação cambial**

O parâmetro para proteção se baseia na exposição em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados em Reais contra suas obrigações não denominadas em Reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de sistemas de informações dedicados que realizam marcação a mercado seguindo as melhores práticas do mercado financeiro e também análise de valor em risco (VAR para 1 dia e 99% de intervalo de confiança) e testes de stress.

**Risco de Commodities**

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços de commodities, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de sistemas de informações dedicados que realizam marcação a mercado seguindo as melhores práticas do mercado financeiro e também análise de valor em risco (VAR para 1 dia e 99% de intervalo de confiança) e testes de stress.

**Risco de crédito**

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas para a Companhia em caso de inadimplência ou implementação de barreiras sanitárias e/ou comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Crédito da Companhia que se reúne periodicamente com as áreas comerciais para análise e controle da carteira.

**e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:**

A Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial (*hedge*).

**Formulário de Referência – JBS S.A.****5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado*****f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco***

A Companhia possui e segue sua Política de Gestão de Riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pelo Comitê de Gestão de Riscos, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são gerenciados de acordo com a estratégia da Companhia buscando também um nível de flexibilidade financeira que esteja alinhado com a estratégia de gerenciamento da liquidez. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A Política de Gestão de Riscos da Companhia foi estabelecida pelo Comitê de Gestão de Riscos . O Comitê de Gestão de Riscos auxilia a Diretoria de Controle de Riscos a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

O Comitê de Gestão de Riscos também auxilia o Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia; examina, discute e formula recomendações ao Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos e Conselho de Administração quanto à política financeira proposta pela Diretoria da Companhia; acompanha a implantação da política financeira aprovada pelo Conselho de Administração; e avalia periodicamente os resultados da política financeira implementada pela Companhia.

O Comitê de Gestão de Riscos, de caráter operacional, é composto por 3 membros, sendo eles o Diretor Presidente da Companhia, o Diretor Administrativo e o Diretor de Controle de Riscos. Este Comitê é composto pelos seguintes membros: Wesley Mendonça Batista, Eliseo Santiago Perez Fernandez e Rafael Harada.

O Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo um Coordenador, nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia. Poderão integrar este comitê os membros titulares ou suplentes do Conselho de Administração da Companhia, seus Diretores; ou profissionais da área de finanças, com comprovados conhecimentos sobre economia, operações financeiras, gestão de caixa e de riscos financeiros e matérias correlatas. Este comitê é composto pelos seguintes membros: Joesley Mendonça Batista (Coordenador), Wesley Mendonça Batista, Fábio Takiy Sekiguchi, André Nogueira e Peter Dvorsak.

***g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:***

A estrutura da Companhia está adequada com controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

**Formulário de Referência – JBS S.A.**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 – Descrição – Controles Internos**

**5.3 Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada:**

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.



**Formulário de Referência – JBS S.A.****5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 – Alterações significativas****5.4 Outras informações que a Companhia julga relevantes:**

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

<b>“Acordo de Acionistas BNDESPAR”</b>	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
<b>“Administração”</b>	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
<b>“Aliança Estratégica - Inalca S.p.A.”</b>	Aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini
<b>“ANVISA”</b>	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
<b>“AQIS”</b>	<i>Australian Quarantine and Inspection Service</i> , Serviço de Inspeção de Quarentena australiano
<b>“Aquisição da Smithfield”</b>	Aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA
<b>“Assembléia Geral”</b>	Assembléia geral de acionistas da Companhia
<b>“Austrália”</b>	Commonwealth of Australia
<b>“BDRs”</b>	<i>Brazilian Depositary Receipts</i> , certificados de depósito de ações da JBS USA
<b>“Bertin”</b>	Bertin S.A.
<b>“BM&amp;FBOVESPA”</b>	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
<b>“BNDES”</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
<b>“BNDESPAR”</b>	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
<b>“BR GAAP”</b>	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas emitidas pela CVM, nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON e nas resoluções do CFC
<b>“BSE”</b>	Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como “doença da vaca louca”)
<b>“CADE”</b>	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
<b>“CAGR”</b>	<i>Compound Annual Growth Rate</i>
<b>“CD”</b>	Centro de Distribuição
<b>“CFC”</b>	Conselho Federal de Contabilidade
<b>“CGC”</b>	Continental Grain Company (anteriormente ContiGroup Companies, Inc.)
<b>“CLT”</b>	Consolidação das Leis do Trabalho, conforme aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943
<b>“CNPJ”</b>	Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas
<b>“Código de Falência”</b>	Código de Falência Norte-Americano
<b>“Cofins”</b>	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

**Formulário de Referência – JBS S.A.****5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 – Alterações significativas**

<b>“Companhia”</b>	JBS S.A.
<b>“Conselho de Administração”</b>	Conselho de Administração da Companhia
<b>“Contrato com a Smithfield”</b>	Contrato de Compra de Ações celebrado em 4 de março de 2008 entre a Companhia e a Smithfield Foods
<b>“CPF”</b>	Cadastro de Pessoas Físicas
<b>“Cremonini”</b>	Cremonini S.p.A., Itália
<b>“CVM”</b>	Comissão de Valores Mobiliários
<b>“Debêntures Conversíveis”</b>	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
<b>“Diretoria”</b>	A Diretoria da Companhia
<b>“dólar, dólares ou US\$”</b>	Moeda corrente dos Estados Unidos
<b>“dólar australiano, dólares australianos ou A\$”</b>	Moeda corrente da Austrália
<b>“EBITDA”</b>	<p>O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Administração da Companhia.</p> <p>O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.</p>
<b>“EEOC”</b>	<i>Equal Employment Opportunity Commission</i> , Comissão de Igualdade de Oportunidade no Trabalho norte-americana
<b>“EPA”</b>	<i>Environmental Protection Agency</i> , Agência de Proteção do Meio-Ambiente norte-americana
<b>“Estados Unidos” ou “Estados Unidos da América”</b>	United States of America
<b>“Estatuto Social”</b>	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
<b>“FB Participações”</b>	FB Participações S.A.
<b>“Formulário de Referência”</b>	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
<b>“Five Rivers”</b>	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC
<b>“GEE”</b>	Gases estufa
<b>“Governo Federal”</b>	Governo Federal do Brasil

**Formulário de Referência – JBS S.A.****5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 – Alterações significativas**

“JBS Five Rivers”	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
“J&F Oklahoma”	J&F Oklahoma Holdings Inc.
“JBS Packerland”	JBS Packerland, Inc.
“JBS USA”	JBS USA Holdings, Inc.
“J&F”	J&F Participações S.A.
“IBAMA”	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
“IBRACON”	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
“ICE”	Divisão de Imigração e Alfândegas do Departamento de Segurança Interna norte-americano
“ICMS”	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
“ICVM 480”	Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada
“ICVM 332”	Instrução da CVM nº 332, de 04 de abril de 2000, conforme alterada
“Inalca”	Inalca JBS S.p.A.
“INPI”	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
“INSS”	Instituto Nacional do Seguro Social
“IPI”	Imposto sobre Produtos Industrializados
“IPO da JBS USA”	Oferta inicial para distribuição pública ou qualquer outra oferta pública inicial de ações ordinárias da JBS USA
“Lei das Sociedades por Ações”	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
“LIBOR”	<i>London Interbank Offered Rate</i>
“Linha de Crédito de Saída”	Linha de crédito rotativo de três anos no valor de no máximo US\$600,0 milhões, um empréstimo “A”, com prazo de três anos, no valor de no máximo US\$375,0 milhões, e um empréstimo “B”, com prazo de cinco anos, no valor de no máximo US\$775,0 milhões, contratada pela Pilgrim's Pride após sair de seu processo falimentar
“MAPA”	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
“Montana”	Montana Alimentari S.p.A.
“MPF”	Ministério Público Federal
“MPF/PA”	Ministério Público Federal, Estado do Pará
“NASDAQ”	<i>National Association of Securities Dealers Automated Quotations</i>
“Notas 2011”	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US\$ 275 milhões e juros de 9,375%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2011
“Notas 2014”	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc. no valor de US\$ 700 milhões e juros de 11,625%, emitidas em 27 de abril de

**Formulário de Referência – JBS S.A.****5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 – Alterações significativas**

	2009 e com vencimento em maio de 2014
<b>“Notas 2016”</b>	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US\$ 300 milhões e juros de 10,50%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
<b>“Notas 2016 do Bertin”</b>	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pelo Bertin, no valor de US\$ 350 milhões e juros de 10,25%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
<b>“Notas 2017 da Vigor”</b>	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Vigor, no valor de US\$ 100 milhões e juros de 9,25%, emitidas em 2007 e com vencimento em 2017
<b>“Novo Mercado”</b>	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
<b>“NYSE”</b>	<i>New York Stock Exchange</i>
<b>“OIE”</b>	<i>World Organization for Animal Health (Office Internationale des Epizooties)</i>
<b>“Operação BNDESPAR”</b>	Operação de capitalização da Companhia através da emissão das Debêntures Conversíveis
<b>“OMS”</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>“Pilgrim’s Pride” ou “PPC”</b>	Pilgrim's Pride Corporation
<b>“PIS”</b>	Programa de Integração Social
<b>“Plano”</b>	Plano de reestruturação da Pilgrim’s Pride aprovado pelas corte norte-americanas de falência
<b>“PROT”</b>	PROT - Fundo de investimentos em Participações
<b>“Real, reais ou R\$”</b>	A moeda corrente no Brasil
<b>“Rockdale Beef”</b>	Rockdale Beef Pty Ltd.
<b>“SAGPYA”</b>	<i>Secretaría de agricultura, ganadería, pesca y alimentación</i> , secretaria de agricultura da Argentina
<b>“SEC”</b>	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos
<b>“SDE”</b>	Secretaria de Direito Econômico
<b>“SEAE”</b>	Secretaria de Acompanhamento Econômico
<b>“SECEX”</b>	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
<b>“SENASA”</b>	<i>Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria</i>
<b>“Smithfield Foods”</b>	Smithfield Foods, Inc.
<b>Smithfield Beef</b>	Smithfield Beef Group, Inc.
<b>“Swift”</b>	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
<b>“Tasman”</b>	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.
<b>“Taxa de Desfrute”</b>	Índice usualmente utilizado na indústria de carne bovina que mede a quantidade de gado abatido no país durante um ano

**Formulário de Referência – JBS S.A.****5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

---

	em relação ao seu rebanho total
<b>“Tatiara”</b>	Tatiara Meat Company
<b>“TJLP”</b>	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional
<b>“USDA”</b>	<i>United States Department of Agriculture</i>
<b>“US GAAP”</b>	Práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América
<b>“VAR”</b>	<i>Value at Risk</i>
<b>“Vigor”</b>	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor
<b>“ZMF”</b>	ZMF Fundo de Investimento em Participações

**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****10.1 Opinião dos Diretores sobre:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A JBS é a maior empresa em processamento de proteína animal do mundo, atuando nas áreas de alimentos, couro, biodiesel, colágeno, latas e produtos de higiene e limpeza. A companhia está presente em todos os continentes, com plataformas de produção e escritórios no Brasil, Argentina, Itália, Austrália, EUA, Uruguai, Paraguai, México, China, Rússia, entre outros países.

A Diretoria da Companhia acredita que, por meio de sua estratégia de diversificação aliada ao seu crescimento e a uma plataforma global de produção e distribuição, além do seu posicionamento como líder no mercado mundial de proteína animal, a JBS S.A. apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazos, incluindo empréstimos de terceiros, como também para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:**

A Diretoria da Companhia acredita que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem.

O patrimônio líquido registrou um aumento de 15,5%, passando de R\$18.694,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$21.599,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente do (i) aumento do capital social, no montante de R\$3.477,6 milhões, mediante a emissão de 493.972.715 ações ordinárias, ao preço de R\$7,04 (sete reais e quatro centavos); parcialmente compensado pelo (ii) aumento dos ajustes negativos acumulados de conversão em 12,4%, de R\$2.558,9 milhões negativos em 2010 para R\$2.877,0 milhões negativos em 2011; e pelo (iii) aumento do saldo de ações em tesouraria, em função da recompra de 22.433.595 ações, no montante de R\$125,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$5.288,2 milhões. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$13.584,0 milhões e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 62,9%, comparado a 59,4% em 31 de dezembro de 2010.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:**

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a: (i) compra de matéria prima, sendo que a aquisição de animais para abate representa uma importante parcela desta conta; (ii) obrigações fiscais, trabalhistas e sociais e (iii) pagamento de empréstimos e financiamentos.

As principais fontes de recursos da Companhia são: (i) o caixa gerado pelas atividades operacionais e (ii) empréstimos e financiamentos.

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para cobrir as suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

O EBITDA, em base pro forma, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, foi de R\$3.058,0 milhões e o resultado financeiro líquido em base proforma, no mesmo período, foi de R\$1.707,7 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA em base pro forma apresentou índice de cobertura de 1,8 vezes o resultado financeiro líquido no exercício em base pro forma. O saldo da dívida líquida, composta por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2009, era de R\$9.467,3 milhões, ou seja, 3,1 vezes o EBITDA em base pro forma no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009.

O EBITDA em base proforma no período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2010, foi de R\$3.849,0 milhões e o resultado financeiro líquido em base proforma, no mesmo período, foi de R\$2.223,3 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA em base pro forma apresentou índice de cobertura de 1,7 vezes o resultado financeiro líquido no exercício em base pro forma. O saldo da dívida líquida, composto por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$11.500,9 milhões, ou seja, 3,0 vezes o EBITDA no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O EBITDA no período compreendido entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2011, foi de R\$3.151,0 milhões e o resultado financeiro líquido no mesmo período, foi de R\$2.010,7 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA apresentou índice de cobertura de 1,6 vezes o resultado financeiro líquido no exercício. O saldo da dívida líquida, composto por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$13.584,0 milhões, ou seja, 4,0 vezes o EBITDA no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2011 e considerando a cotação do dólar do último dia do período.

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:**

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. A Companhia também utiliza linhas de crédito de capital de giro de bancos privados e operações de mercado de capitais como alternativas de financiamento. Para maiores informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, vide seção 7.8.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais atuantes no país. Além disso, os Diretores acreditam que a principal subsidiária da Companhia, a JBS USA, também possui acesso aos principais bancos comerciais nos Estados Unidos, caso seja necessário, para fazer face a uma eventual indisponibilidade de recursos.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, tais como (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:**

**Endividamento Bancário**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, os contratos de empréstimos e financiamentos somavam R\$18.872,2 milhões, sendo que R\$5.339,4 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R\$13.532,8 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o endividamento bancário foi de R\$15.183,4 milhões e R\$14.427,1 milhões, respectivamente, representando 60,4% e 58,3% do passivo circulante e não circulante, os quais, somados, totalizaram R\$25.140,8 milhões e R\$24.739,9 milhões nos mesmos períodos.

A Companhia contrai dívidas bancárias com o intuito de financiar as atividades operacionais, assim como para adequar a sua estrutura de capital para níveis os quais a Diretoria acredita serem razoáveis. O endividamento de longo prazo foi obtido para financiar o crescimento futuro da Companhia, seja por meio de aquisições ou crescimento orgânico.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

**Passivo Circulante**

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.12.11	31.12.10
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial mais juros de 2,54% a 5,18%	2.216,1	1.403,6
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 10,25%	22,8	475,0

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 0,7% a 6%	<b>836,3</b>	406,9
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	<b>82,2</b>	67,3
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	<b>7,1</b>	17,5
Nota de Crédito - Exportação	Variação cambial e juros de 6,3% a 7,85%	<b>36,6</b>	0,4
Notes	Variação cambial e juros 9,25%	-	5,4
PPC – México revolver	Libor, taxa base ou TIIE + taxa estabelecida	<b>0,1</b>	-
Tasman Government Loan	Variação cambial e Juros de 0% até o ano de 2013	<b>1,2</b>	1,1
EXIM – fomento à exportação	Variação e TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	-	3,8
Resolução 63	Variação cambial e juros de 2,5% + Libor 6 meses	<b>10,9</b>	25,2
		<b>3.213,2</b>	<b>2.406,1</b>
<b>Em moeda nacional</b>			
FINAME	TJLP e juros de 1,26% a 8,5%	<b>81,0</b>	54,5
FINAME	Juros de 4,5% a 10%	<b>0,2</b>	4,2
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	-	48,5
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	-	0,2
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75%	<b>1,7</b>	2,7
JBS Mortgage	Juros de 5,75% a 8,35%	<b>3,0</b>	2,2
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	<b>225,9</b>	387,6
EXIM - fomento à exportação	Juros de 7% a 11,19%	<b>92,5</b>	101,3
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	<b>153,5</b>	168,9
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	<b>6,3</b>	15,6
US revolver	Libor ou Prime e taxa estabelecida	<b>2,3</b>	-
JBS Term Loan	Alternate Base Rate ( ABR) ou Eurodolar	<b>17,5</b>	-
Five Rivers term loan	Libor + juros de 2,75%	<b>11,8</b>	-
Senior note vencimento 2014	Juros de 11,625%	<b>23,3</b>	21,1
Senior note vencimento 2021	Juros de 7,25%	<b>6,1</b>	-
PPC - US Senior note vencimento 2018	Juros de 7,875%	<b>2,3</b>	0,1
PPC exit credit facility - revolving credit facility	Base+ taxa estabelecida	<b>1,8</b>	1,3
PPC - US term notes	Juros de 4,813% a 9,00%	<b>42,9</b>	110,5
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	<b>0,2</b>	2,0
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	<b>3,6</b>	0,7
Capital de Giro - Reais	Juros 11,25% ou 100% a 114,4% do CDI	<b>264,1</b>	141,7
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	<b>133,5</b>	102,4
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	<b>28,3</b>	-
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 14% ou 100% a 125% do CDI	<b>796,7</b>	1.234,9



**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1,4	1,4
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	4,2	5,0
Capital de Giro - Libras Egípcias	Libor + Juros de 2% e 0,1% de comissão	17,2	50,7
EGF	Juros de 6,75%	30,4	25,9
Nota de crédito - importação	Juros de 4,44% ( Libor e Juros 2,80%)	108,1	76,6
Finep	Juros de 4,5%	-	-
Outros		66,6	-
		<b>2.126,2</b>	<b>2.560,1</b>
		<b>5.339,4</b>	<b>4.966,2</b>

**Passivo Não Circulante**

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.12.11	31.12.10
<b>Em moeda estrangeira</b>		-	-
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial mais juros de 2,54% a 5,18%	-	289,9
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 10,25%	844,1	749,8
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 0,7% a 6%	894,8	907,8
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	2.238,6	1.984,7
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	-	6,7
Nota de Crédito - Exportação	Variação cambial e juros de 6,3% a 7,85%	15,9	46,3
Tasman Government Loan	Variação cambial e Juros de 0% até o ano de 2013	22,9	6,0
Resolução 63	Variação cambial e juros de 2,5% + Libor 6 meses	-	9,5
		<b>4.016,4</b>	<b>4.000,7</b>
<b>Em moeda nacional</b>			
FINAME	TJLP e juros de 1,26% a 8,5%	133,1	99,8
FINAME	Juros de 4,5% a 10%	1,2	7,4
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	-	63,7
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	-	0,1
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75%	12,4	12,6
JBS Mortgage	Juros de 5,75% a 8,35%	31,8	30,9
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	83,3	247,9
EXIM - fomento à exportação	Juros de 7% a 11,19%	-	92,1
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	33,8	195,5
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	4,3	-
US revolver	Libor ou Prime e taxa estabelecida	50,5	-

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

JBS Term Loan	Alternate Base Rate ( ABR) ou Eurodolar	865,5	-
Five Rivers term loan	Libor + juros de 2,75%	144,6	-
Senior note vencimento 2014	Juros de 11,625%	1.265,4	1.100,7
Senior note vencimento 2021	Juros de 7,25%	1.182,2	-
PPC - US Senior note com vencimento em 2018	Juros de 7,875%	914,0	788,9
PPC exit credit facility - revolving credit facility	Base+ taxa estabelecida	631,4	342,1
PPC - US term notes	Juros de 4,813% a 9,00%	1.022,1	936,7
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	7,3	-
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	26,1	26,0
Marshalltown	Juros de 2,34%	17,9	-
Capital de Giro - Reais	Juros 11,25% ou 100% a 114,4% do CDI	1.842,2	571,6
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	32,2	14,4
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	2,1	-
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 14% ou 100% a 125% do CDI	1.171,5	1.647,1
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1,7	3,0
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	20,6	24,6
Capital de Giro - Libras Egípcias	Libor + Juros de 2% e 0,1% de comissão	-	6,0
Finep	Juros de 4,5%	11,7	-
Outros		7,5	5,3
		<b>9.516,4</b>	<b>6.216,5</b>
		<b>13.532,8</b>	<b>10.217,2</b>
<b>Desmembramento:</b>			
Passivo circulante		5.339,4	4.966,2
Passivo não circulante		13.532,8	17,2
		<b>18.872,2</b>	<b>15.183,4</b>

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$18.872,2 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2011:

<u>O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:</u>	<b>Fluxo de Amortização data-base 31 de dezembro de 2011</b>	
	(em milhões de R\$)	AV%
<b>Curto Prazo</b>	<b>5.339,4</b>	<b>28,3%</b>
2011	5.339,4	28,3%
<b>Longo Prazo</b>	<b>13.533,0</b>	<b>71,7%</b>
2012	-	0,0%
2013	1.949,3	10,3%
2014	4.136,9	21,9%
2015	980,3	5,2%
2016	1.572,7	8,3%
2017	199,3	1,1%

**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

2018	3.449,6	18,3%
2019	4,1	0,0%
2020	1,9	0,0%
2021	1.182,3	6,3%
Vencimento após 2021	56,1	0,3%
<b>Total</b>	<b>18.872,2</b>	<b>100,0%</b>

Os empréstimos contam basicamente com quatro espécies de garantias: (i) duplicatas a receber; (ii) carta de fiança; (iii) aval por parte dos acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia; (iv) hipoteca e penhor sobre parte do maquinário das fábricas e outros bens. Todas as cláusulas que dispõem sobre restrições à capacidade da Companhia de contrair novas dívidas, alienar ativos, dar bens em garantia ou efetivar reorganizações societárias estão sendo cumpridas. Para uma descrição dessas restrições contratuais, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

**Passivo Circulante**

		Consolidado	
Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	31.12.10	31.12.09
Em moeda estrangeira			
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	-	0,8
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 8,90%	1.581,1	1.515,5
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	460,7	6,6
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,3%	406,9	455,6
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	81,6	38,2
Empréstimo Estrangeiro c/organismos multilaterais	Variação cambial, Libor e juros de 1,85%	-	87,4
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	17,5	26,0
Notes	Variação cambial e juros 9,25%	5,4	33,7
EXIM - fomento à exportação	Variação cambial e TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	3,8	12,3
		2.556,9	2.176,0
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,5% a 3,08%	54,5	82,1
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,30 a 3,73%	-	24,7
FINAME	Juros de 6,83% a 11,2%	4,2	8,5
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	48,5	101,8
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	101,6	-
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75% a 7,25%	2,7	1,6
JBS Mortgage	Juros de 5,75%	2,2	-
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	403,3	159,9
EXIM - fomento à exportação	Juros de 5,15% a 18,27%	-	320,6
Tasman revolver	BBSY e juros de 1,60%	-	72,6
US revolver	Prime, Libor e juros de 2,25% a 3,25%	-	1,6
USD Bonds	Variação cambial e juros de 11,625%	21,1	21,6
PPC - US revolver	Juros de 4,875% à 6,75%		1,9

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

		1,4	
PPC - US term notes	Juros de 5,25% a 9,00%	110,5	161,5
PPC - México revolver	Juros de 9,5981%	-	72,0
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	2,0	2,0
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	0,7	-
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	141,7	3,4
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	113,4	46,4
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	225,1	227,4
NCE/COMPROR	Juros de 113,9% a 120,00% do CDI	1.235,3	1.010,3
Tasman Government Loan	Juros 0% até ano de 2013	1,1	-
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1,4	1,4
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	5,0	6,8
Capital de Giro Agrícola	TR e Juros de 10,50%	-	75,7
Capital de Giro Industrial	Juros de 152,00% do CDI	127,3	534,2
EGF	Juros de 6,75%	25,9	8,2
Outros	Juros de 6,75% (pré-fixado)	5,6	1,0
		2.634,3	2.947,1
		5.191,2	5.123,1

**Passivo Não Circulante**

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.12.10	31.12.09
Em moeda estrangeira			
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	-	0,2
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 8,90%	495,0	245,1
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	-	478,8
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,3%	907,8	1.065,6
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	2.567,9	1.131,8
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	6,7	-
Notes	Variação cambial e juros 9,25%	166,6	174,1
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	-	3,5
		4.143,9	3.099,1
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,5% a 3,08%	99,8	132,8
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,30 a 3,73%	-	180,9
FINAME	Juros de 6,83% a 11,2%	7,4	17,1
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	63,7	440,6
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	92,1	-
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75% a 7,25%	12,6	14,6
JBS Mortgage	Juros de 5,75%	30,9	-
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	247,9	9,5
EXIM - fomento à exportação	Juros de 5,15% a 18,27%	-	6,1

**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

US revolver	Prime, Libor e juros de 2,25% a 3,25%	-	313,4
USD Bonds	Variação cambial e juros de 11,625%	1.112,4	1.145,5
PPC - US revolver	Juros de 4,875% à 6,75%	1.169,2	172,3
PPC - US term notes	Juros de 5,25% a 9,00%	957,4	1.840,9
PPC - México revolver	Juros de 9,5981%	6,5	6,8
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	26,0	-
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	571,6	11,6
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	-	-
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	79,3	83,4
NCE/COMPROR	Juros de 113,9% a 120,00% do CDI	1.693,4	1.735,0
Tasman Government Loan	Juros 0% até ano de 2013	6,0	-
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	3,0	4,4
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	24,6	27,9
Capital de Giro Industrial	Juros de 152,00% do CDI	20,4	62,1
Outros	Juros de 6,75% a.a (pré-fixado)	5,3	0,1
		<b>6.229,6</b>	<b>6.204,9</b>
		<b>10.373,5</b>	<b>9.304,0</b>
<b>Desmembramento:</b>			
Passivo circulante		5.191,2	5.123,1
Passivo não circulante		10.373,5	9.304,0
		<b>15.564,7</b>	<b>14.427,1</b>

Os empréstimos contam basicamente com quatro espécies de garantias: (i) duplicatas a receber; (ii) carta de fiança; (iii) aval por parte dos acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia; (iv) hipoteca e penhor sobre parte do maquinário das fábricas e outros bens. Todas as cláusulas que dispõem sobre restrições à capacidade da Companhia de contrair novas dívidas, alienar ativos, dar bens em garantia ou efetivar reorganizações societárias estão sendo cumpridas. Para uma descrição dessas restrições contratuais, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

Os Diretores acreditam que os recursos disponíveis para a Companhia em 31 de dezembro de 2011 são suficientes para atender às necessidades de liquidez para os próximos 12 meses.

**Contratos Financeiros**

Na data deste Formulário de Referência estão em vigor os contratos financeiros descritos na seção 7.8, inclusive no que se refere a eventuais restrições contratuais impostas à Companhia. Até a presente data, e no melhor entendimento da administração, tais cláusulas estão sendo cumpridas pela Companhia.

**Obrigações Contratuais***Débito com terceiros para investimentos*

A conta de débito com terceiros para investimentos corresponde a um total de R\$12,6 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2011. Esse valor refere-se a débitos remanescentes da aquisição de ativos operacionais e de empresas. O valor de R\$7,3 milhões refere-se a débitos remanescentes da aquisição da unidade frigorífica de Pimenta Bueno, com quitação no decorrer do exercício de 2012. Além disso, em maio de 2009, a Companhia formalizou um contrato de compra e venda de imóveis com C. Sola Participações e Representações S/A, referente à aquisição do complexo industrial de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais, no montante de R\$16,8 milhões, sendo que em 31 de dezembro de 2011 a

**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Companhia tem a pagar no passivo circulante o saldo remanescente de R\$3,3 milhões e no passivo não circulante de R\$2,0 milhões.

***Restrições Contratuais***

As restrições constantes das obrigações tomadas pela Companhia estão descritas na seção 7.8 deste Formulário de Referência.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:**

Não aplicável aos contratos firmados pela Companhia.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:****Descrição das principais linhas contábeis**

Receitas Líquidas de Vendas (receita após as deduções correspondentes a devoluções, descontos e impostos incidentes sobre a venda)

As receitas consistem principalmente de:

Receitas provenientes da venda de carne bovina in natura e processada das operações da JBS S.A.. Receitas geradas pela venda de cortes de (1) carne in natura e congelada, carne de carneiro e ovelhas, incluindo cortes tradicionais, cortes especiais e miúdos (partes internas do boi, incluindo o cérebro, coração, rins, fígado, língua e tripa) e (2) produtos processados, incluindo congelados cozidos ou pré-cozidos de carne, carne seca, carne em cubos, hambúrgueres e salsichas nos mercados doméstico e internacional das operações da JBS S.A. na América do Sul, nos Estados Unidos e Austrália.

Receitas provenientes da venda de carne suína in natura e processada das operações da JBS S.A. nos Estados Unidos. Receitas geradas pela venda de cortes de (1) carne in natura suína, incluindo cortes como lombos, assados, costeletas e costelas, e (2) outros produtos suínos, incluindo presuntos e outros embutidos, predominantemente para outros processadores, os quais, por sua vez, produzem lingüiça, bacon, salsicha, entre outros nos mercados doméstico e internacional das operações da JBS S.A. nos Estados Unidos.

Receitas provenientes da venda da carne de frango in natura e processada das operações da JBS S.A. nos Estados Unidos, México e Porto Rico. Com a aquisição da PPC, a JBS S.A. ingressou em novos mercados, e, a partir de 2010, a Companhia obteve receitas provenientes dos mercados doméstico e internacional das operações da JBS S.A. nos Estados Unidos, México e Porto Rico pela venda de (1) frango in natura, incluindo cortes e peças inteiras de frango congelado e frangos pré-embalados e (2) outros produtos de frango, incluindo filé de peito porcionado congelado, lombos, tiras, *nuggets* e hambúrgueres, além de partes do frango com osso.

Receitas provenientes da venda de outros produtos. Receitas geradas pela venda de couro verde a curtumes para a produção de couros, além da venda milho, ervilhas e seletas de vegetais em conserva. Em consequência da fusão com a Bertin, a JBS S.A. ingressou em novos mercados e, a partir de 2010, a Companhia obteve receita de vendas de laticínios, produtos de limpeza e higiene, ração animal e biodiesel.

***Custo dos Produtos Vendidos***

O custo dos produtos vendidos consiste principalmente em gastos na aquisição de matéria-prima, sendo a principal delas o gasto com a compra de animais para abate. Além disso, outros principais custos correspondem a custos de produção (incluindo embalagens e insumos) e mão de obra.

***Despesas Operacionais***

As despesas operacionais consistem principalmente em:

***Despesas administrativas e gerais.*** Correspondem, em suma, a gastos com pessoal, bem como com os administradores.

***Despesas com vendas.*** Correspondem a gastos com publicidade; com equipe de vendas e comissões aos respectivos vendedores, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras despesas relacionadas.

***Resultado financeiro líquido.*** Incluem receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras, tributo incidente sobre movimentação financeira, variação monetária e ganhos (perdas) cambiais líquidos, bem como ganhos (perdas) realizados e não realizados em derivativos.

**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

*Ganho em Compra Vantajosa.* Quando uma aquisição ocorre, as regras contábeis determinam que o adquirente compare o valor justo considerado com o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Se o valor considerado exceder o valor justo dos ativos e passivos líquidos identificáveis e dos ativos intangíveis, então o ágio é registrado. Entretanto, se o valor justo estimado dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos exceder o preço de compra e o valor justo da participação dos acionistas não controladores, então o excedente é reconhecido como “Ganho em Compra Vantajosa”. A ASC 805, *Broad Transactions-Business Combinations* (Literatura autorizada prévia: SFAS No. 141) requer a mensuração de ajustes contábeis do período de compra a serem registrados retroativamente a data da aquisição. Isso é consistente com o que dita a IFRS 3.

*Imposto de Renda e Contribuição Social**Impostos correntes*

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

*Impostos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

*Contas a receber*

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado pela eventual perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

*Estoques*

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

*Ativo biológico*

Empresas que possuem atividades agrícolas, tais como cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado cujo efeito deve ser registrado no resultado do exercício.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo que o ganho, ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorre, em linha específica da demonstração do resultado, como receita bruta.

*Imobilizado*

**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O ativo imobilizado está registrado ao valor justo, demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas até 31 de dezembro de 2007 para parte significativa dos bens constantes do ativo imobilizado, baseadas em laudos de empresa especializada.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam direta ou indiretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos relacionados.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados quando da elaboração balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

*Intangível*

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado de acordo com o IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (perda no valor recuperável). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde



**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

*Fornecedores*

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

*Empréstimos e financiamentos*

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

*Ativos e passivos contingentes*

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011**

**As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios**

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de					
	2011		2010		2011/2010
(em milhões de reais)	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS</b>	64.238,8	104,0%	56.758,5	103,7%	13,2%
Mercado interno	48.578,5	78,6%	41.984,7	76,7%	15,7%
Mercado externo	15.660,3	25,3%	14.773,8	27,0%	6,0%
<b>DEDUÇÕES DE VENDAS</b>	(2.442,1)	-4,0%	(2.045,6)	-3,7%	19,4%
Devoluções e descontos	(1.230,1)	-2,0%	(1.021,3)	-1,9%	20,4%
Impostos sobre as vendas	(1.212,0)	-2,0%	(1.024,3)	-1,9%	18,3%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	61.796,8	100,0%	54.712,8	100,0%	12,9%
Custo dos produtos vendidos	(55.100,2)	-89,2%	(47.994,8)	-87,7%	14,8%
<b>LUCRO BRUTO</b>	6.696,6	10,8%	6.718,0	12,3%	-0,3%
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>	6.696,6	10,8%	6.718,0	12,3%	-0,3%
Administrativas e gerais	(1.739,2)	-2,8%	(1.641,0)	-3,0%	6,0%

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Com vendas	(3.144,1)	-5,1%	(2.627,2)	-4,8%	19,7%
Resultado financeiro líquido	(2.010,7)	-3,3%	(2.223,0)	-4,1%	-9,6%
Outras receitas	(32,7)	-0,1%	(168,3)	-0,3%	-80,5%
<b>RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	(230,1)	-0,4%	58,6	0,1%	-492,7%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(520,7)	-0,8%	(358,8)	-0,7%	45,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos Total	427,9	0,7%	33,3	0,1%	1185,0%
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	(322,9)	-0,5%	(266,9)	-0,5%	21,0%
<b>Atribuído a:</b>					
<b>Participação dos acionistas controladores</b>	(75,7)	-0,1%	(292,8)	-0,5%	-74,1%
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>	(247,2)	-0,4%	38,2	0,1%	-747,1%

**Comparação dos resultados operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011***Receita Operacional Bruta de Vendas*

A receita operacional bruta aumentou em 13,2%, passando de R\$56.758,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$64.238,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. A receita de vendas do mercado interno aumentou 15,7%, passando de R\$41.984,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$48.578,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. A receita operacional bruta de vendas do mercado externo aumentou 6,0%, passando de R\$14.773,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$15.660,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

*Deduções de Vendas*

As deduções de vendas aumentaram em 19,4% em 2011, passando de R\$2.045,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$2.442,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, como consequência de (i) aumento de 20,4% nas devoluções e descontos e (ii) aumento de 18,3% nos impostos sobre as vendas.. Como percentual da receita líquida operacional, as deduções de vendas passaram de 3,7% em 2010 para 4,0% em 2011.

*Receita Operacional Líquida*

A receita operacional líquida aumentou em 12,9%, passando de R\$54.712,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$61.796,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, devido principalmente ao (i) aumento do volume de vendas nas principais unidades de negócio e (ii) aumento da demanda e dos preços médios de venda.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Carne Bovina aumentou de R\$34.654,5 milhões em 2010 para R\$39.681,9 milhões em 2011, em decorrência principalmente do: (1) aumento de 3,8% do volume de vendas nas operações da JBS USA, que passaram de 4.421,1 mil toneladas de carne vendida em 2010 para 4.591,1 mil toneladas em 2011; (2) aumento de 12,2% no preço médio do quilo de carne bovina vendido pela JBS USA, que passou de R\$5,20 por quilo em 2010 para R\$5,90 em 2011; (3) aumento de 16,0% no preço médio do quilo de carne bovina vendido na divisão Mercosul, o qual passou de R\$6,68 por quilo em 2010 para R\$7,75 por quilo em 2011; (4) parcialmente compensado pela queda de 2,1% no volume de carne *in natura* e pela queda de 19,8% no volume de produtos industrializados no Mercosul, os quais passaram de 1.471,8 mil toneladas em 2010 para 1.440,4 mil toneladas em 2011 e 261,7 mil toneladas em 2010 para 209,9 mil toneladas em 2011, respectivamente.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Carne Suína obteve um aumento de 11,8%, de R\$5.204,2 milhões em 2010 para R\$5.816,5 milhões em 2011, devido principalmente ao (1) aumento em 17,9% do preço médio do quilo de carne suína vendido, que passou de R\$3,50 por quilo em 2010 para

**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

R\$4,10 por quilo em 2011, sendo parcialmente compensado pela (2) redução de 5,2% no volume vendido de carne suína, que passou de 1.499,7 mil toneladas em 2010 para 1.421,9 mil toneladas em 2011.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento de Frango obteve um aumento de 4,3%, de R\$12.051,5 milhões em 2010 para R\$12.566,2 milhões em 2011, devido principalmente ao aumento do volume vendido.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Outros aumentou em 33,2%, de R\$2.802,7 milhões em 2010 para R\$3.732,2 milhões em 2011, principalmente devido ao aumento de 32,8% do preço médio dos produtos provenientes das divisões de lácteos, couro, higiene e limpeza, entre outras, que passou de uma média de R\$2,72 por quilo em 2010 para R\$3,61 por quilo em 2011.

*Custo dos Produtos Vendidos*

O custo dos produtos vendidos aumentou em 14,8%, passando de R\$47.994,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$55.100,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Este aumento deve-se principalmente ao aumento no volume de vendas, conforme explicado no item acima, e à adversidade enfrentada pela indústria de frango nos Estados Unidos, que operou com excesso de produção e elevados níveis de estoque, o que resultou na inabilidade do repasse dos custos de produção nos preços de vendas. Como percentual da receita operacional líquida, o custo dos produtos vendidos passou de 87,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 89,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representa um aumento de 1,4 pontos percentuais.

*Lucro Bruto*

O lucro bruto teve uma redução de 0,3%, passando de R\$6.718,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$6.696,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, devido às variações sofridas nas rubricas de receita líquida e custo de produtos vendidos durante o ano de 2010, originando uma margem bruta de 10,8% em 2011 frente a uma margem bruta de 12,3% em 2010.

*Despesas Administrativas e Gerais*

As despesas administrativas e gerais aumentaram em 6,0%, passando de R\$1.641,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.739,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é decorrente principalmente da elevação de 312,3% dos gastos com alugueis, que passou de R\$63,3 milhões em 2010 para R\$261,1 milhões em 2011. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 3,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 2,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, uma redução de 0,2 pontos percentuais.

*Despesas com Vendas*

As despesas com vendas aumentaram em 19,7%, passando de R\$2.627,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$3.144,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é decorrente, principalmente, da elevação do volume de vendas nas principais unidades de negócio, especialmente na JBS USA. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas com vendas passaram de 4,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 5,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 0,3 pontos percentuais.

*Resultado Financeiro Líquido*

As despesas financeiras líquidas tiveram uma redução de 9,6%, passando de R\$2.223,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$2.010,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente (i) do pagamento do prêmio de R\$521,9 milhões aos detentores das debêntures do BNDESPAR durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo este pagamento extraordinário, não se repetindo em 2011; (ii) redução de 81,3% das despesas financeiras com derivativos, que passaram de R\$738,3 milhões em 2010 para R\$138,3 milhões em 2011; e (iii) aumento de 38,7% das receitas financeiras com juros ativos, que passaram de R\$ 335,5 milhões em 2010 para R\$465,2 milhões em 2011; e (iv) parcialmente compensado pelo aumento de 24,3% no endividamento bruto da Companhia. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado financeiro líquido passou de 4,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 3,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, uma diminuição de 0,8 pontos percentuais.

**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Outras Receitas (Despesas)*

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia acumulou Outras Despesas no valor de R\$32,7 milhões referentes (i) à gastos com indenizações devido à suspensão temporária das operações nas plantas de Berazategui (Consignaciones Rurales), Colonia Caroya (Col-Car) e San Jose da JBS Argentina, no montante de R\$10,4 milhões; (ii) ganho em compra vantajosa, por meio de aquisição de investidas em combinação de negócios e gastos de reorganização e reestruturação na JBS USA no montante de R\$ 68,6 milhões e (iii) Outras receitas no montante de R\$46,3 milhões referente a resultado na venda de ativos imobilizados.

*Resultado Antes da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social*

Devido às variações das contas acima descritas, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social decresceu, passando de R\$58,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$230,1 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social passou de 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 0,4% negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

*Imposto de Renda e Contribuição Social sobre do Período*

O montante de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro aumentou em 45,1%, passando de R\$358,8 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$520,7 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social passaram de 0,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 0,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 0.1 pontos percentuais.

*Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos*

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou de R\$ 33,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$427,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social diferidos representaram 0,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

*Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício*

Pelos motivos expostos acima, o resultado do período passou de um prejuízo líquido de R\$266,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para um prejuízo líquido de R\$322,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita operacional líquida, o prejuízo líquido do exercício representou 0,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

*Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício Atribuído a Participação dos Acionistas Controladores*

Como reflexo do exposto acima, o Lucro Líquido da JBS S.A. atribuído à participação dos acionistas controladores passou de um prejuízo de R\$292,8 milhões em 2010 para um prejuízo de R\$75,7 milhões em 2011.

**Balancos patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2011 e 2010**  
**(Em milhões de reais)**

	2011		2010		2011/2010
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.288,2	11,2%	4.074,6	9,3%	29,8%
Contas a receber de clientes	4.679,8	9,9%	4.036,1	9,2%	15,9%
Estoques	5.405,7	11,4%	4.476,9	10,2%	20,7%
Ativos Biológicos	209,5	0,4%	417,0	1,0%	-49,8%
Impostos a recuperar	1.690,3	3,6%	1.419,8	3,2%	19,1%
Despesas antecipadas	131,0	0,3%	107,8	0,2%	21,5%
Outros investimentos e operação descontinuada	0,0	0,0%	504,0	1,1%	-100,0%
Outros ativos circulantes	526,6	1,1%	351,8	0,8%	49,7%
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>17.931,1</b>	<b>37,8%</b>	<b>15.388,1</b>	<b>35,1%</b>	<b>16,5%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Créditos com empresas ligadas	552,2	1,2%	332,7	0,8%	66,0%

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Depósitos, cauções e outros	389,9	0,8%	448,9	1,0%	-13,1%
Impostos a recuperar	626,1	1,3%	616,3	1,4%	1,6%
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.568,3</b>	<b>3,3%</b>	<b>1.397,9</b>	<b>3,2%</b>	<b>12,2%</b>
Investimentos em controladas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Imobilizado	15.378,7	32,4%	14.624,2	33,4%	5,2%
Intangível	12.532,6	26,4%	12.425,5	28,3%	0,9%
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>29.479,6</b>	<b>62,2%</b>	<b>28.447,6</b>	<b>64,9%</b>	<b>3,6%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>47.410,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>43.835,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,2%</b>

  

	2011		2010		2011/2010
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH %
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	3.323,9	7,0%	2.962,4	6,8%	12,2%
Empréstimos e financiamentos	5.339,4	11,3%	4.966,2	11,3%	7,5%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	211,5	0,4%	14,3	0,0%	1379,0%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	1.167,2	2,5%	1.095,7	2,5%	6,5%
Débito com terceiros para investimentos	10,6	0,0%	45,7	0,1%	-76,8%
Outros passivos circulantes	343,1	0,7%	332,2	0,8%	3,3%
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>10.395,7</b>	<b>21,9%</b>	<b>9.416,5</b>	<b>21,5%</b>	<b>10,4%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	13.532,8	28,5%	10.217,2	23,3%	32,5%
Debêntures conversíveis	1,3	0,0%	3.462,2	7,9%	-100,0%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	683,8	1,4%	317,6	0,7%	115,3%
Débito com terceiros para investimentos	2,0	0,0%	5,1	0,0%	-60,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	678,4	1,4%	1.003,1	2,3%	-32,4%
Provisão para riscos processuais	251,6	0,5%	321,7	0,7%	-21,8%
Débitos com empresas ligadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Outros passivos não circulantes	266,2	0,6%	397,4	0,9%	-33,0%
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>15.416,0</b>	<b>32,5%</b>	<b>15.724,3</b>	<b>35,9%</b>	<b>-2,0%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	21.506,2	45,4%	18.046,1	41,2%	19,2%
Transações de capital	-10,2	0,0%	-9,9	0,0%	3,0%
Reserva de capital	985,9	2,1%	985,9	2,2%	0,0%
Reserva de reavaliação	101,6	0,2%	106,8	0,2%	-4,9%
Reservas de lucros	1.440,8	3,0%	1.511,2	3,4%	-4,7%
Ações em tesouraria	-610,6	-1,3%	-485,2	-1,1%	25,8%
Ajustes de avaliação patrimonial	127,1	0,3%	-1,7	0,0%	-7576,5%
Ajustes acumulados de conversão	-2.877,0	-6,1%	-2.558,9	-5,8%	12,4%
<b>Atribuído à participação dos acionistas controladores</b>	<b>20.663,8</b>	<b>43,6%</b>	<b>17.594,3</b>	<b>40,1%</b>	<b>17,4%</b>
Participação dos acionistas não controladores	935,4	2,0%	1.100,5	2,5%	-15,0%
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>21.599,2</b>	<b>45,6%</b>	<b>18.694,8</b>	<b>42,6%</b>	<b>15,5%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>47.410,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>43.835,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,2%</b>

**Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011***Ativo Circulante*

O ativo circulante cresceu 16,5%, passando de R\$15.388,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$17.931,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- aumento de 29,8% nas disponibilidades, de R\$4.074,6 milhões em 2010 para R\$5.288,2 milhões em 2011, em decorrência principalmente do aumento da captação por meio de empréstimos e financiamentos;
- aumento de 15,9% em contas a receber de clientes, de R\$4.036,1 milhões em 2010 para R\$4.679,8 milhões em 2011, decorrente principalmente do crescimento da receita bruta de vendas de produtos no mercado externo (exportações), aumentando assim o prazo médio de recebimento;
- aumento de 20,7% em estoques, de R\$4.476,9 milhões em 2010 para R\$5.405,7 milhões em 2011, decorrente principalmente do aumento do volume de produção e vendas das principais unidades de negócio; e
- aumento de 19,1% em impostos a recuperar, de R\$1.419,8 milhões em 2010 para R\$1.690,3 milhões em 2011.
- redução da totalidade dos outros investimentos e operações descontinuadas, como consequência da assinatura de um "Termination Agreement" (Distrato) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, pondo fim a sua participação de 50% da Companhia no capital da

**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Inalca JBS. De acordo com o Distrato, as ações que representam 50% do capital social da Inalca JBS foram devolvidas e o Grupo Cremonini reembolsou 218,9 milhões Euros (R\$ 504,0 milhões) investidos pela Companhia em 2008.

*Ativo Não Circulante*

O ativo não circulante registrou um aumento de 3,6%, passando de R\$28.447,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$29.479,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- a) aumento de 12,2% no total realizável a longo prazo, passando de R\$1.397,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.568,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, decorrente principalmente do aumento de 66,0% em créditos com empresas ligadas, passando de R\$332,7 milhões em 2010 para R\$552,2 milhões em 2011;
- b) aumento de 5,2% do imobilizado, de R\$14.624,2 milhões em 2010 para R\$15.378,7 milhões em 2011; e
- c) aumento de 0,9% do intangível, passando de R\$12.425,5 milhões em 2010 para R\$12.532,6 milhões em 2011.

*Passivo Circulante*

O saldo do passivo circulante aumentou em 10,4%, passando de R\$9.416,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$10.395,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- (a) aumento de 12,2% em fornecedores, de R\$2.962,4 milhões em 2010 para R\$3.323,9 milhões em 2011;
- (b) aumento de 7,5% dos empréstimos e financiamentos, passando de R\$4.966,2 milhões em 2010 para R\$5.339,4 milhões em 2011;
- (c) aumento de 1.379,0% em imposto de renda e contribuição social a pagar, de R\$14,3 milhões em 2010 para R\$211,5 milhões em 2011.
- (d) aumento de 3,5% em obrigações fiscais, trabalhistas e sociais, de R\$1.095,7 milhões em 2010 para R\$1.167,2 milhões em 2011; e
- (e) redução de 76,8% dos débitos com terceiros para investimentos, de R\$45,7 milhões em 2010 para R\$10,6 milhões em 2011.

*Passivo Não Circulante*

O saldo do passivo não circulante decresceu 2,0%, passando de R\$15.724,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$15.416,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- (a) aumento de 32,5% dos empréstimos e financiamentos, passando de R\$10.217,2 milhões em 2010 para R\$13.532,8 milhões em 2011;
- (b) aumento de 115,3% em obrigações fiscais, trabalhistas e sociais, passando de R\$317,6 milhões em 2010 para R\$683,8 milhões em 2011;
- (c) redução de 60,8% dos débitos com terceiros para investimento, de R\$5,1 milhões em 2010 para R\$2,0 milhões em 2011;
- (d) redução de 32,4% em imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$1.003,1 milhões em 2010 para R\$678,4 milhões em 2011; e
- (e) redução de 21,8% em provisões para riscos processuais, de R\$321,7 milhões em 2010 para R\$251,6 milhões em 2011.

*Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido registrou um aumento de 15,5%, passando de R\$18.694,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$21.599,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente do:

- (a) aumento do capital social, no montante de R\$3.477,6 milhões, mediante a emissão de 493.972.715 ações ordinárias, ao preço de R\$7,04 (sete reais e quatro centavos) por meio (A) da utilização dos créditos das debêntures feita pelo principal debenturista, o BNDESPAR, no total de R\$3.447,5 milhões e emissão de 493.967.305 ações e (B) do exercício do direito de preferência na subscrição dos acionistas minoritários no total de R\$38 mil e emissão de 5.410 ações. Foi reconhecido o aumento de capital, no montante de R\$ 3.477,6 milhões, reduzido

**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- pelos gastos com emissão das debêntures no valor de R\$17,4 milhões, com efeito líquido de R\$ 3.460,2 milhões; parcialmente compensado pelo
- (b) aumento dos ajustes negativos acumulados de conversão em 12,4%, de R\$2.558,9 milhões negativos em 2010 para R\$2.877,0 milhões negativos em 2011; e pelo
  - (c) aumento do saldo de ações em tesouraria, em função da recompra de 22.433.595 ações, no montante de R\$125,4 milhões.

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010**

**As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios**

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de					
(em milhões de reais)	2010		2009		2010/2009
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS</b>	57.107,1	103,7%	35.789,2	102,6%	59,6%
Mercado interno	42.267,4	77,0%	27.091,6	79,0%	56,0%
Mercado externo	14.839,6	27,0%	8.697,6	23,6%	70,6%
<b>DEDUÇÕES DE VENDAS</b>	(2.051,3)	-3,7%	(883,7)	-2,6%	132,1%
Devoluções e descontos	(1.027,0)	-1,9%	(395,5)	-1,2%	159,7%
Impostos sobre as vendas	(1.024,3)	-1,9%	(488,2)	-1,4%	109,8%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	55.055,8	100,0%	34.905,6	100,0%	57,7%
Custo dos produtos vendidos	(48.296,8)	-87,7%	(31.765,9)	-90,7%	52,0%
<b>LUCRO BRUTO</b>	6.759,0	12,3%	3.139,6	9,3%	115,3%
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>	(6.692,7)	-12,2%	(2.737,3)	-8,3%	144,5%
Administrativas e gerais	(1.650,1)	-3,0%	(705,6)	-2,1%	133,9%
Com vendas	(2.644,3)	-4,8%	(1.645,9)	-4,6%	60,7%
Resultado financeiro líquido	(2.220,2)	-4,0%	(579,0)	-1,8%	283,5%
Despesas não recorrentes	(234,0)	-0,4%	-	-	-
Ganho em compra vantajosa	(9,5)	0,0%	185,2	-	-
Outras receitas	65,3	0,1%	7,9	0,0%	723,6%
<b>RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	66,3	0,1%	402,3	1,0%	-83,5%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(361,6)	-0,7%	(49,7)	-0,1%	627,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31,3	0,1%	(132,5)	-0,5%	-
<b>Total</b>	(330,3)	-0,6%	(182,2)	-0,5%	81,3%

**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	(264,0)	-0,4%	220,1	0,4%	-
<b>Atribuído a:</b>					
<b>Participação dos acionistas controladores</b>	(302,7)	0,6%	220,7	0,4%	-
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>	38,7	0,1%	(0,6)	0,0%	-

**Comparação dos resultados operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010***Receita Operacional Bruta de Vendas*

A receita operacional bruta aumentou em 59,6%, passando de R\$35.789,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$57.107,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, devido principalmente a: (i) fusão com a Bertin S.A. e aquisição da Pilgrim's Pride, ambas no final do ano de 2009, cujos resultados passaram a configurar a demonstração de resultado da Companhia durante todo o exercício de 2010 e (ii) o aumento do volume de produção e vendas da Companhia e (iii) aumento dos preços médios de venda. A receita de vendas do mercado interno aumentou 56,0%, passando de R\$27.091,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$42.267,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. A receita de vendas do mercado externo aumentou 70,6%, passando de R\$8.697,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$14.839,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

*Deduções de Vendas*

As deduções de vendas aumentaram em 132,1% em 2010, passando de R\$883,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$2.051,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, como consequência do aumento do faturamento bruto, em função da fusão com a Bertin S.A. e aquisição da Pilgrim's Pride. Como percentual da receita líquida operacional, as deduções de vendas passaram de 2,6% em 2009 para 3,7% em 2010.

*Receita Operacional Líquida*

A receita operacional líquida aumentou em 57,7%, passando de R\$34.905,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$55.055,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, devido principalmente a: (i) fusão com a Bertin S.A. e aquisição da Pilgrim's Pride, ambas no final do ano de 2009, cujos resultados passaram a configurar a demonstração de resultado da Companhia durante todo o exercício de 2010, (ii) o aumento do volume de vendas nas operações e (iii) aumento da demanda e dos preços médios de venda.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Carne Bovina aumentou de R\$30.290,1 milhões em 2009 para R\$34.997,5 milhões em 2010, em decorrência principalmente do: (1) aumento de 58,2% do volume de vendas da divisão Carne Bovina América do Sul, passando de 1.095,7 mil toneladas em 2009 para 1.733,5 mil toneladas em 2010; (2) aumento de 14,4% no preço médio de venda da divisão Carne Bovina América do Sul, de R\$5,70 por quilograma em 2009 para R\$6,52 por quilograma em 2010; (3) um aumento de 4,8% no volume de vendas da divisão de Carne Bovina Estados Unidos/ Austrália, de 4.219,6 mil toneladas em 2009 para 4.421,1 mil toneladas em 2010, o qual foi parcialmente compensado por um decréscimo de 1,9% no preço médio de venda da divisão Carne Bovina Estados Unidos/ Austrália, de R\$5,32 o quilograma em 2009 para R\$5,22 o quilograma em 2010, refletindo a apreciação de 4,5% do real frente ao dólar e (4) um decréscimo de 60,9% na receita líquida proveniente da divisão de Carne Bovina Itália, passando de R\$1.595,0 em 2009 para R\$624,3 em 2010, principalmente em função de apenas o resultado do primeiro trimestre ter sido considerado na consolidação das informações financeiras, devido aos entraves judiciais entre a Companhia e sua subsidiária Inalca JBS.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Carne Suína obteve um aumento de 16,0%, de R\$4.485,7 milhões em 2009 para R\$5.204,2 milhões em 2010, devido principalmente ao aumento de 12,0% no volume de vendas, de 1.339,2 mil toneladas em 2009 para 1.499,7 mil toneladas em 2010. O preço médio de venda aumentou em 3,6%, de R\$3,35 por quilograma em 2009 para R\$3,47 por quilograma em 2010, sendo parcialmente compensado por uma apreciação de 4,5% do real frente ao dólar.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento de Frango em 2010 foi de R\$12.051,5 milhões, refletindo a aquisição da PPC, ocorrida ao final do ano de 2009 tendo seus resultados integralmente consolidados às demonstrações financeiras da JBS S.A. no ano de 2010.



**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Outros aumentou em 2.060,9%, de R\$129,7 milhões em 2009 para R\$2.802,7 milhões em 2010, principalmente devido à (1) um aumento de 144,9% no volume de vendas, de 421,2 mil toneladas em 2009 para 1.031,6 mil toneladas em 2010 e (2) um aumento nos preços médios de vendas de 782,3%, de R\$0,31 por quilograma em 2009 para R\$2,72 por quilograma em 2010, em função da adição das divisões de lácteos, couro, higiene e limpeza e biodiesel como consequência da fusão com a Bertin.

*Custo dos Produtos Vendidos*

O custo dos produtos vendidos aumentou em 52,0%, passando de R\$31.765,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$48.296,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Este aumento deve-se principalmente a (i) fusão com a Bertin S.A. e a aquisição da Pilgrim's Pride, ambas no final do ano de 2009 e (ii) ao aumento do volume de produção consolidado. Como percentual da receita operacional líquida, o custo dos produtos vendidos passou de 90,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 87,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representa uma diminuição de 3,0 pontos percentuais.

*Lucro Bruto*

O lucro bruto aumentou 115,3%, passando de R\$3.139,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$6.759,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, devido principalmente à fusão com a Bertin S.A. e a aquisição da Pilgrim's Pride, ambas no final do ano de 2009 e também às variações sofridas nas rubricas de receita líquida e custo de produtos vendidos durante o ano de 2010, originando uma margem bruta de 12,3% em 2010 ante a uma margem bruta de 9,3% em 2009.

*Despesas Administrativas e Gerais*

As despesas administrativas e gerais aumentaram em 133,9%, passando de R\$705,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.650,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esses aumentos são decorrentes, principalmente, da fusão com a Bertin S.A. e a aquisição da Pilgrim's Pride, ambas no final do ano de 2009. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 2,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 3,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 0,9 pontos percentuais.

*Despesas com Vendas*

As despesas com vendas aumentaram em 60,7%, passando de R\$1.645,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$2.644,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento é decorrente, principalmente, da fusão com a Bertin S.A. e aquisição da Pilgrim's Pride, ambas no final do ano de 2009. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas com vendas passaram de 4,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 4,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 0,2 pontos percentuais.

*Resultado Financeiro Líquido*

O resultado financeiro líquido teve um aumento de 283,5%, passando de R\$579,0 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$2.220,2 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, em decorrência do aumento de 7,9% no endividamento bruto da Companhia e do pagamento do prêmio de R\$521,9 milhões aos detentores das debêntures do BNDESPAR. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado financeiro líquido passou de 1,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 4,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 2,2 pontos percentuais.

*Despesas não Recorrentes*

O resultado de despesas não recorrentes foi de R\$234,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e refere-se a (i) gastos com reorganização e reestruturação devido à fusão com a Bertin S.A. pela Companhia; (ii) doações para campanhas eleitorais a partidos políticos nas eleições de 2010; (iii) provisão para perda de investimento na controlada Inalca JBS em decorrência do distrato firmado em 4 de março de 2011; (iv) gastos da JBS Argentina com reorganização e impairment de ágio, além de pagamentos de indenizações e (v) gastos da JBS USA com reestruturação e reorganização em função da aquisição da Pilgrim's Pride.

*Resultado Antes da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social*

**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Devido às variações das contas acima descritas, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social obteve um decréscimo de 83,5%, passando de R\$402,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$66,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social passou de 1,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, uma redução de 0,9 pontos percentuais.

*Imposto de Renda e Contribuição Social sobre do Período*

O montante de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro aumentou em 627,1%, passando de R\$49,7 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$361,6 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social passaram de 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 0,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 0.6 pontos percentuais.

*Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos*

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou de R\$132,5 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$31,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social diferidos representaram 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

*Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício*

Pelos motivos expostos acima, o resultado do período passou de um lucro líquido de R\$220,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para um prejuízo líquido de R\$264,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Como percentual da receita operacional líquida, o prejuízo líquido do exercício representou 0,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

*Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício Atribuído a Participação dos Acionistas Controladores*

Como reflexo do exposto acima, em particular o prêmio pago aos detentores das debêntures do BNDESPAR, o Lucro Líquido da JBS S.A. atribuído a participação dos acionistas controladores decresceu de um lucro de R\$220,7 milhões em 2009 para um prejuízo de R\$302,7 milhões em 2010.

**Balanços patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2010 e 2009**

(Em milhões de reais)

	2010		2009		2010/2009
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4.063,8	9,1%	5.067,5	11,5%	-19,8%
Contas a receber de clientes	3.904,5	8,8%	3.201,4	7,3%	22,0%
Estoque	4.711,9	10,6%	3.476,6	7,9%	35,5%
Impostos a recuperar	1.416,8	3,2%	1.066,0	2,4%	32,9%
Despesas antecipadas	109,1	0,2%	131,9	0,3%	-17,3%
Outros ativos circulantes	534,0	1,2%	810,4	1,8%	-34,1%
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>14.740,2</b>	<b>33,1%</b>	<b>13.754,0</b>	<b>31,3%</b>	<b>7,2%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Créditos com empresas ligadas	332,7	0,7%	327,0	0,7%	1,7%
Depósitos, cauções e outros	519,6	1,2%	558,6	1,3%	-7,0%
Impostos a recuperar	616,3	1,4%	615,7	1,4%	0,1%
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.468,6</b>	<b>3,3%</b>	<b>1.501,3</b>	<b>3,4%</b>	<b>-2,2%</b>
Investimentos em controladas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Ativos biológicos	430,7	1,0%	249,6	0,6%	72,5%
Imobilizado	15.219,3	34,2%	15.014,5	34,2%	1,4%
Intangível	12.667,2	28,4%	13.367,0	30,5%	-5,2%
Outros Investimentos	3,1	0,0%	4,0	0,0%	-21,6%
	<b>28.320,4</b>	<b>63,6%</b>	<b>28.635,1</b>	<b>65,2%</b>	<b>-1,1%</b>

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>29.789,0</b>	66,9%	<b>30.136,5</b>	68,7%	-1,2%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>44.529,2</b>	100,0%	<b>43.890,4</b>	100,0%	1,5%

  

	<b>2010</b>		<b>2009</b>		<b>2010/2009</b>
	<b>Consolidado</b>	<b>AV %</b>	<b>Consolidado</b>	<b>AV %</b>	<b>AH%</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	2.838,0	6,4%	2.546,0	5,8%	11,5%
Empréstimos e financiamentos	5.191,2	11,7%	5.123,1	11,7%	1,3%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	1.140,7	2,6%	721,9	1,6%	58,0%
Dividendos declarados	0,0	0,0%	123,0	0,3%	-100,0%
Débito com terceiros para investimentos	45,7	0,1%	431,3	1,0%	-89,4%
Outros passivos circulantes	469,4	1,1%	360,1	0,8%	30,4%
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>9.685,1</b>	21,7%	<b>9.305,3</b>	21,2%	4,1%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>0,0</b>		<b>0,0</b>		
Empréstimos e financiamentos	10.373,5	23,3%	9.304,0	21,2%	11,5%
Debêntures conversíveis	3.462,2	7,8%	3.462,2	7,9%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.037,9	2,3%	1.141,3	2,6%	-9,1%
Provisão para contingências	322,4	0,7%	431,2	1,0%	-25,2%
Débitos com empresas ligadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Débito com terceiros para investimentos	150,0	0,3%	171,9	0,4%	-12,8%
Outros passivos não circulantes	803,3	1,8%	924,0	2,1%	-13,1%
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>16.149,3</b>	36,3%	<b>15.434,7</b>	35,2%	4,6%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	18.046,1	40,5%	16.483,5	37,6%	9,5%
Reserva de capital	500,8	1,1%	714,5	1,6%	-29,9%
Reserva de reavaliação	106,8	0,2%	112,4	0,3%	-4,9%
Reservas de lucros	574,8	1,3%	810,5	1,8%	-29,1%
Ajustes de avaliação patrimonial	(1,7)	0,0%	(0,9)	0,0%	88,1%
Ajustes acumulados de conversão	(1.632,4)	-3,7%	(612,4)	-1,4%	166,6%
Participação dos acionistas não controladores	1.100,5	2,5%	1.642,9	3,7%	-33,0%
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>18.694,8</b>	42,0%	<b>19.150,5</b>	43,6%	-2,4%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>44.529,2</b>	100,0%	<b>43.890,4</b>	100,0%	1,5%

**Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010***Ativo Circulante*

O ativo circulante cresceu 7,2%, passando de R\$13.754,0 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$14.740,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações foram:

- redução de 19,8% nas disponibilidades, de R\$5.067,5 milhões em 2009 para R\$4.063,8 milhões em 2010, em decorrência principalmente da utilização de recursos para o capital de giro em função do crescimento das vendas, em especial das exportações, do dispêndio de capital na aquisição de máquinas e equipamentos e do pagamento de despesas financeiras, em especial o pagamento de prêmio aos detentores das debêntures do BNDESPAR;
- aumento de 22,0% em contas a receber de clientes, de R\$3.201,4 milhões em 2009 para R\$3.904,5 milhões em 2010, decorrente principalmente do crescimento das exportações, aumentando assim o prazo médio de recebimento;
- aumento de 35,5% em estoques, de R\$3.476,6 milhões em 2009 para R\$4.711,9 milhões em 2010, decorrente principalmente do aumento do volume de produção e vendas na Controladora e, principalmente, na JBS USA; e
- aumento de 32,9% em impostos a recuperar, de R\$1.066,0 milhões em 2009 para R\$1.416,8 milhões em 2010.

*Ativo Não Circulante*

O ativo não circulante registrou um decréscimo de 1,2%, passando de R\$30.136,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$29.789,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações foram:

**Formulário de Referência – JBS S.A.****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- a) decréscimo de 2,2% no total realizável a longo prazo, passando de R\$1.501,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.468,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, decorrente principalmente da diminuição de 7,0% em depósitos, cauções e outros, passando de R\$558,6 milhões em 2009 para R\$519,6 milhões em 2010;
- b) aumento de 72,5% em ativos biológicos, de R\$249,6 milhões em 2009 para R\$430,7 milhões em 2010;
- c) aumento de 1,4% do imobilizado, de R\$15.014,5 milhões em 2009 para R\$15.219,3 milhões em 2010; e
- d) redução de 5,2% do intangível, passando de R\$13.367,0 milhões em 2009 para R\$12.667,2 milhões em 2010.

*Passivo Circulante*

O saldo do passivo circulante aumentou em 4,1%, passando de R\$9.305,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$9.685,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações foram:

- (a) aumento de 11,5% em fornecedores, de R\$2.546,0 milhões em 2009 para R\$2.838,0 milhões em 2010;
- (b) aumento de 1,3% dos empréstimos e financiamentos, passando de R\$5.123,1 milhões em 2009 para R\$5.191,2 milhões em 2010;
- (c) aumento de 58,0% em obrigações fiscais, trabalhistas e sociais, de R\$721,9 milhões em 2009 para R\$1.140,7 milhões em 2010.
- (d) redução de 89,4% dos débitos com terceiros para investimentos, de R\$431,3 milhões em 2009 para R\$45,7 milhões em 2010.

*Passivo Não Circulante*

O saldo do passivo não circulante aumentou em 4,6%, passando de R\$15.434,7 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$16.149,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações foram:

- (a) aumento de 11,5% dos empréstimos e financiamentos, passando de R\$9.304,0 milhões em 2009 para R\$10.373,5 milhões em 2010;
- (b) redução de 9,1% do imposto de renda e contribuição social diferidos, passando de R\$1.141,3 milhões em 2009 para R\$1.037,9 milhões em 2010; e
- (c) redução de 25,2% das provisões para contingências, de R\$431,2 milhões em 2009 para R\$322,4 milhões em 2010.

*Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido registrou um decréscimo de 2,4%, passando de R\$19.150,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$18.694,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, em decorrência principalmente dos seguintes fatores:

- (a) aumento de capital realizado por meio da distribuição pública de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Pública"), gerando um aumento líquido de capital foi de R\$1.562,5 milhões;
- (b) aumento dos ajustes negativos acumulados de conversão em 166,6%, de R\$612,4 milhões negativos em 2009 para R\$1.632,4 milhões negativos em 2010; e
- (c) prejuízo líquido do exercício atribuído à participação dos acionistas controladores de R\$302,7 milhões.

**Fluxo de Caixa**

O aumento líquido do caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$1.213,6 milhões, sendo que foram gerados R\$606,5 milhões nas atividades operacionais, foram investidos R\$704,4 milhões nas atividades de investimento e houve R\$1.181,5 milhões de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, conforme reconciliação abaixo:

<b><u>Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado</u></b> (em milhões de R\$)	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>

**Fluxos de caixa das atividades operacionais**

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	606,5	(1.471,1)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(704,4)	(1.563,7)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.181,5	2.059,8
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	130,0	11,1
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		
<b>Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do período	4.074,6	5.038,4
No fim do período	5.288,2	4.074,6
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.213,6</b>	<b>(963,8)</b>

*Atividades Operacionais*

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos dos produtos, das despesas operacionais e do resultado financeiro. O fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais em 2011 foi de R\$606,5 milhões e o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais em 2010 foi de R\$1.471,1. A variação do fluxo de caixa entre os anos de 2011 e 2010 deveu-se principalmente à (i) redução do prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores; (ii) aumento dos ajustes gerados pelos encargos financeiros circulantes e não circulantes; e (iii) redução na aplicação de recursos destinados ao capital de giro da Companhia no ano de 2011, comparativamente ao ano de 2010.

*Atividades de Investimento*

Foram aplicados nas atividades de investimento R\$704,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.563,7 milhões no mesmo período de 2010. Esta variação se deve principalmente à: (i) redução das adições no ativo imobilizado e intangível que passaram de R\$1.225,6 milhões em 2010 para R\$1.173,8 milhões em 2011; e (ii) recebimento de R\$504,0 milhões pelo distrato com a Inalca JBS realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

*Atividades de Financiamento*

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em captação e pagamentos de empréstimos e financiamentos, aumento de capital, aquisições de ações de emissão própria e gastos com transação na emissão de títulos e valores mobiliários. O caixa proveniente das atividades de financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$1.181,5 milhões, R\$878,3 milhões abaixo do valor de R\$2.059,8 milhões gerados no mesmo período de 2010. Essa diferença deveu-se principalmente (i) ao aumento de capital no valor de R\$ 1.600,0 milhões realizado no período findo em 31 de dezembro de 2010; parcialmente compensado pela (ii) maior captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, com consequente aumento da dívida bruta da Companhia.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 Opinião dos Nossos Diretores sobre:**

- a. resultados das operações da Companhia: (comentário sobre as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação alterações de volume novos produtos)**

*i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:*

As receitas consistem principalmente de:

Venda de carne bovina in natura e processada das operações da JBS S.A.. Receitas geradas pela venda de cortes de (1) carne in natura e congelada, carne de carneiro e ovelhas, incluindo cortes tradicionais, cortes especiais e miúdos (partes internas do boi, incluindo o cérebro, coração, rins, fígado, língua e tripa) e (2) produtos processados, incluindo congelados cozidos ou pré-cozidos de carne, carne seca, carne em cubos, hambúrgueres e salsichas nos mercados doméstico e internacional das operações da JBS S.A. na América do Sul, nos Estados Unidos e Austrália.

Venda de carne suína in natura e processada das operações da JBS S.A. nos Estados Unidos. Receitas geradas pela venda de cortes de (1) carne in natura suína, incluindo cortes como lombos, assados, costeletas e costelas, e (2) outros produtos suínos, incluindo presunto e outros embutidos, predominantemente para outros processadores, os quais, por sua vez, produzem lingüiça, bacon, salsicha, entre outros nos mercados doméstico e internacional..

Venda da carne de frango in natura e processada das operações da JBS S.A. nos Estados Unidos, México e Porto Rico. Com a aquisição da PPC, a JBS S.A. ingressou em novos mercados, e, a partir de 2010, a Companhia obteve receitas provenientes dos mercados doméstico e internacional, de suas operações nos Estados Unidos, México e Porto Rico pela venda de (1) frango in natura, incluindo cortes e peças inteiras de frango congelado e frangos pré-embalados e (2) outros produtos de frango, incluindo filé de peito porcionado congelado, lombos, tiras, nuggets e hambúrgueres, além de partes do frango com osso.

Venda de outros produtos. Receitas geradas pela venda de couro verde a curtumes para a produção de couros, além da venda milho, ervilhas e seletas de vegetais em conserva. Em sequência à fusão com a Bertin, a JBS S.A. ingressou em novos mercados e a partir de 2010, a Companhia obteve receita de vendas de laticínios, produtos de limpeza e higiene, ração animal e biodiesel.

*iii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:***Principais fatores que podem afetar as operações e condição financeira da Companhia e cenário macroeconômico brasileiro**

Nos últimos três exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Companhia foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macro-econômico brasileiro, a taxa de desemprego, a disponibilidade de crédito, nível dos juros básicos e o nível da média salarial. Variáveis como desenvolvimento macro-econômico brasileiro, taxa de desemprego e média salarial, podem afetar positivamente ou negativamente nossa receita, pois afetam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações positivas ou negativas em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar positivamente ou negativamente nossas despesas financeiras bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

No ano de 2009, a economia brasileira demonstrou relativa resistência à crise financeira internacional. Os indicadores macroeconômicos apresentaram melhora e, ao contrário das estimativas que apontavam para uma relevante desaceleração no crescimento da economia, o ano apresentou uma ligeira queda no PIB, de 0,6%, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Adicionalmente, fundamentos macroeconômicos sólidos e uma maior estabilidade econômica permitiram ao Banco Central voltar à trajetória de redução das taxas de juros, de maneira que a taxa SELIC atingiu seu nível histórico mais baixo, equivalente a 8,5%, mantido de 23 de julho de 2009 a 28 de abril de 2010. A taxa de inflação, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fechou o ano em 5,9%, e o real apresentou apreciação de 34,2% com relação ao dólar ao longo do ano de 2009.

Em 2010, a economia brasileira se recuperou e apresentou um crescimento de 7,5%, sendo este o maior crescimento desde 1986, segundo o IBGE. Já a taxa de inflação medida pelo IPCA, ficou em 5,9%, fechando dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, que compreendia a faixa entre 2,5% e 6,5%. A manutenção da inflação nesse patamar pode ser atribuída à política monetária que resultou na elevação

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

da meta da taxa SELIC, que passou de 8,75% em 31 de dezembro de 2009 para 10,75% em 31 de dezembro de 2010. Em 2010, o real valorizou 4,5% frente ao dólar americano, o que pode ser atribuído ao grande fluxo de entrada de capital estrangeiro na economia brasileira.

No ano de 2011, a economia brasileira apresentou crescimento de 2,7%, segundo o IBGE, resultado inferior ao ano anterior devido a um cenário externo mais turbulento e aos consequentes ajustes internos efetuados como resposta às mudanças observadas no mercado internacional. A taxa de inflação, medida pelo IPCA, ficou em 6,5%, atingindo o teto da meta estabelecida pelo governo brasileiro. O aumento da inflação foi resultado do crescimento no nível de consumo interno, apesar do aumento observado na taxa SELIC, que fechou o ano com uma elevação de 0,25 ponto percentual em relação ao ano de 2010, atingindo uma taxa de 11,0%. No acumulado do ano, o real depreciou 11,2% em relação ao dólar americano, devido principalmente à piora no cenário internacional.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o Dólar nos períodos indicados:

	Período		
	2009	2010	2011
Crescimento do PIB <sup>(1)</sup>	-0,6%	7,5%	2,7%
Inflação (IGP-M) <sup>(2)</sup>	-1,7%	11,3%	5,1%
Inflação (IPCA) <sup>(3)</sup>	4,3%	5,9%	6,5%
Taxa Interbancária – CDI <sup>(4)</sup>	9,8%	9,7%	11,6%
Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP <sup>(5)</sup>	6,0%	6,0%	6,0%
Valorização do real em relação ao dólar norte-americano	34,2%	4,5%	-11,2%
Taxa de câmbio no final do período por US\$1,00	R\$1,741	R\$1,666	R\$1,876
Taxa de câmbio média por US\$1,00 <sup>(6)</sup>	R\$1,998	R\$1,760	R\$1,675

<sup>(1)</sup> O PIB do Brasil informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.

<sup>(2)</sup> A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

<sup>(3)</sup> A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

<sup>(4)</sup> A Taxa DI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (acumulada no período).

<sup>(5)</sup> Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período).

<sup>(6)</sup> Média das taxas de câmbio durante o período.

Fonte: BACEN, FGV, IBGE, CETIP

***Efeitos dos principais fatores relacionados às nossas atividades que afetam os nossos resultados financeiros e operacionais:***

O setor de proteínas é geralmente afetado pelas mudanças das condições macro-econômicas nacionais e internacionais, tais como: crescimento de renda; taxa de desemprego; confiança dos consumidores; taxas de juros de curto e longo prazo; políticas governamentais; e variação cambial. Tais mudanças macro-econômicas acabam por alterar os níveis de demanda e preço dos produtos deste setor. Nossas receitas e rentabilidade são afetadas pelas condições da economia brasileira em geral.

A contínua valorização do real ao longo do ano de 2009 elevou as preocupações a respeito de uma volta às altas taxas de inflação. Porém, o índice de inflação medido pelo IPCA, divulgado pelo IBGE, fechou o ano de 2009 em 4,3%, abaixo do centro da meta de inflação estipulada pelo Banco Central do Brasil de 4,5% ao ano.

Como uma forma de reação ao declínio da economia mundial, as autoridades monetárias brasileiras agiram rapidamente reduzindo as taxas de juros gradativamente de 12,75% para 8,75% durante o ano de 2009, o que reduziu consideravelmente o custo da obtenção de crédito na economia brasileira, impactando positivamente as taxas de crescimento do PIB naquele ano.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

O real continuou seu ritmo de valorização frente ao dólar americano durante 2010, apresentando uma apreciação de 4,5%. Além disso, o consumo ficou aquecido durante todo o ano, fazendo com que o índice de inflação medido pelo IPCA, divulgado pelo IBGE fechasse o ano em 5,9%, acima do centro da meta de inflação de 4,5%. Para conter o aumento da inflação, as autoridades monetárias elevaram a taxa SELIC durante todo o ano de 2010. A meta da taxa SELIC passou de 8,75% em 31 de dezembro de 2009 para 10,75% em 31 de dezembro de 2010.

Mesmo com a elevação da meta da taxa SELIC durante todo o ano de 2010, o PIB brasileiro cresceu 7,5%, sendo este o maior crescimento da economia desde 1986.

O ano de 2011, no entanto, foi afetado por turbulências no cenário internacional, contribuindo para uma desvalorização de 11,2% do real em relação ao dólar americano e para um crescimento de 2,7% do PIB, segundo o IBGE. Apesar do aumento observado na taxa SELIC, que terminou o ano em 11,0%, ou 0,25 ponto percentual acima do ano anterior, o nível de consumo permaneceu aquecido no país e a taxa de inflação medida pelo IPCA fechou o ano de 2011 em 6,5%, atingindo o teto da meta estabelecida pelo governo.

***Efeito dos níveis de vendas de produtos in natura e industrializados nos mercados domésticos no resultado operacional***

As vendas nos mercados domésticos onde a Companhia atua diretamente representaram 75,6%, 74,0% e 75,7% da receita de vendas em 2011, 2010 e 2009, respectivamente. O volume de vendas destinado ao mercado doméstico apresentou um crescimento de 21,5% de 2009 para 2010 e um decréscimo de 0,8% de 2010 para 2011, passando de 5.509,7 mil toneladas em 2009, para 6.696,6 mil toneladas em 2010 e 6.642,5 mil toneladas em 2011. A receita proveniente de vendas em mercados domésticos em 2011 cresceu 15,7% em relação a 2010, devido principalmente ao aumento de vendas de nossos produtos nos Estados Unidos, passando de R\$41.984,7 milhões em 2010 para R\$48.578,5 milhões em 2011. Em 2009 a receita proveniente de vendas em mercados domésticos da companhia foi de R\$27.091,6 milhões em 2009.

***Efeito dos níveis de exportação de produtos in natura e industrializados no resultado operacional***

De forma geral, os preços dos produtos vendidos sob forma de exportação são mais altos que os preços dos nossos produtos vendidos nos mercados locais. Tal diferença de preços deve-se a vários fatores, incluindo: (i) o preço mais alto de certas commodities em países desenvolvidos, em comparação com países emergentes; (ii) o custo de transporte dos nossos produtos; (iii) os custos de armazenagem e de logística; e (iv) impostos e tarifas aduaneiras.

As exportações representaram 24,4%, 26,0% e 24,3% da receita operacional bruta de vendas em 2011, 2010 e 2009 respectivamente. Em 2011, o volume de vendas destinado ao mercado externo apresentou um aumento de 1,2% em comparação com 2010, passando de 2.030,9 mil toneladas em 2010 para 2.055,4 mil toneladas em 2011. A receita de exportações aumentou em 6,0% em relação a 2010, passando de R\$14.773,8 milhões em 2010 para R\$15.660,3 milhões em 2011. Em 2010 o volume de vendas destinado ao mercado externo apresentou um aumento de 17,5% em comparação com 2009, passando de 1.728,1 mil toneladas em 2009 para 2.030,9 mil toneladas em 2010. A receita de exportações aumentou em 70,6% em relação a 2009, passando de R\$8.697,6 milhões em 2009 para R\$14.839,6 milhões em 2010. Em 2009, o volume de vendas destinado ao mercado externo foi de 1.728,1 mil toneladas e a receita de exportações foi de R\$8.697,6 milhões. A habilidade de exportar os produtos depende de vários fatores, que incluem: (i) o nível de crescimento econômico nos mercados de exportação; (ii) condições econômicas dos mercados de exportação (incluindo taxas de juros e taxas de câmbio praticadas em tais mercados); e (iii) variações na demanda pelos produtos nos mercados de exportação, incluindo variações geradas pelas ocorrências e restrições de ordem sanitária. Alteração nestes fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais.

***Oscilações nos preços domésticos de produtos in natura e industrializados podem afetar de forma significativa a receita operacional líquida.***

Os preços dos produtos in natura e industrializados praticados nos mercados domésticos são geralmente determinados de acordo com as condições de mercado. Tais preços também são impactados pela margem adicional que as redes varejistas repassam ao consumidor final. Negociamos tais margens com cada rede de varejistas e, dependendo da rede, individualmente com cada loja. Os preços dos nossos produtos vendidos nos mercados locais sofreram um aumento de 27,5% em 2010, passando de R\$4,92 por quilo em 2009 para R\$6,27 por quilo em 2010. Em 2011, os preços dos nossos produtos vendidos nos mercados locais sofreram um aumento de 16,6%, passando para R\$7,31 por quilo.

***Efeitos de oscilações nos preços de exportação de produtos in natura e industrializados na receita operacional líquida***



**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Oscilações nos preços de exportação de produtos in natura e industrializados podem afetar de forma significativa a receita operacional líquida.

Os preços médios realizados para exportação de nossos produtos tiveram um aumento de 44,5% em 2010, passando de R\$5,03 por quilo em 2009 para R\$7,27 por quilo em 2010. Em 2011, os preços médios realizados para exportação de nossos produtos sofreram um aumento de 4,7%, passando para R\$7,62 por quilo.

Os preços dos produtos in natura e industrializados praticados nos mercados doméstico e internacional têm oscilado significativamente nos últimos anos, e a Companhia acredita que irão continuar a oscilar no futuro.

***Efeitos de oscilações nos preços de aquisição de animais nos nossos custos operacionais de Venda***

Grande parte de nossos custos operacionais de venda estão relacionados aos custos de aquisições de matéria-prima.

A principal matéria-prima que a Companhia utiliza na produção de produtos in natura e industrializados são os animais vivos, que representaram aproximadamente 83,7% do total do custo dos produtos vendidos em 2009. O custo de aquisição dos animais é impactado pela oferta e demanda vigente nos mercados onde a empresa atua. Com a aquisição da Pilgrim's Pride, a compra de frango passou a fazer parte dos custos, com isso o custo de animais utilizados como matéria-prima representou aproximadamente 77,6% do custo dos produtos vendidos em 2010. Em 2011, os animais vivos representaram aproximadamente 79,5% do custo dos produtos vendidos.

Oscilações no preço do gado, do frango e do suíno impactam diretamente os custos operacionais. Geralmente, a Companhia adquire animais em operações no mercado à vista. Para proteger de qualquer variação nos preços durante o período compreendido entre a data da compra e a data da entrega do mesmo, a Companhia procura realizar hedge de 100% dos animais adquirido através de instrumentos financeiros negociados em bolsas de mercados e futuros.

O preço dos animais praticado no mercado nacional e internacional oscilou significativamente no passado, e a Companhia acredita que continuará a oscilar nos próximos anos. Os aumentos no preço dos animais e, conseqüentemente, no custo de produção dos produtos, podem impactar as margens brutas e os resultados operacionais, caso não sejamos capazes de repassar a totalidade de tais aumentos aos clientes. Do contrário, reduções no preço dos animais e, conseqüentemente, no custo de produção dos produtos da Companhia podem aumentar as margens brutas e os resultados operacionais.

***Efeitos das oscilações das taxas de câmbio do real em relação ao dólar***

Os resultados operacionais e a situação financeira têm sido e continuarão a ser afetados pela volatilidade do real em relação ao dólar.

A Companhia possui uma plataforma de produção e distribuição globalizada, desta forma, as incertezas políticas e as condições econômicas gerais dos países onde a Companhia está presente podem ter efeitos adversos nos seus resultados.

Uma parte substancial da receita líquida de vendas está atrelada ao dólar, dado que a grande maioria das nossas exportações está expressa com base nessa moeda. Caso ocorra uma desvalorização ou valorização do real frente ao dólar, as receitas de exportações serão impactadas, podendo sofrer um acréscimo ou decréscimo em valores monetários, desde que as demais variáveis permaneçam constantes.

Além disso, uma parte significativa do endividamento está atrelada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento consolidado em moeda estrangeira representava 38,3% do nosso endividamento total. Portanto, qualquer desvalorização relevante do real poderá aumentar significativamente as nossas despesas financeiras e os nossos endividamentos de curto e longo prazo contabilizados em reais. Por outro lado, qualquer valorização maior do real frente ao dólar poderá diminuir significativamente as nossas despesas financeiras e o nosso endividamento de curto prazo e de longo prazo contabilizados em reais.

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio, através da contratação de hedge de futuro de câmbio na BM&F e contratos de SWAP (troca de variação cambial por variação da taxa CDI), buscando o zeramento da posição. O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira,

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados em Reais contra suas obrigações não denominadas em Reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

**Efeito do nível de endividamento e da taxa de juros**

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total do endividamento era de R\$18.872,2 milhões. Este nível de endividamento resultou em despesas financeiras de R\$2.010,7 milhões em 2011, das quais R\$138,3 milhões foram de despesas com derivativos, R\$1.265,8 milhões foram despesas líquidas de juros, R\$492,4 milhões foram despesas de variação cambial, R\$114,2 milhões foram despesas de impostos, contribuições, tarifas e outros. Os juros referentes ao endividamento dependem de uma série de fatores, incluindo as taxas de juros nacionais e internacionais em vigor e a determinação de riscos relacionados à Companhia, à indústria na qual a Companhia atua e à economia brasileira.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor total do endividamento era de R\$15.564,7 milhões. Este nível de endividamento resultou em despesas financeiras de R\$2.220,2 milhões em 2010, das quais R\$739,3 milhões foram de despesas com derivativos, R\$1.655,4 milhões foram despesas líquidas de juros, R\$287,8 milhões foram receitas de variação cambial, R\$113,3 milhões foram despesas de impostos, contribuições, tarifas e outros. O montante de R\$1.655,4 milhões de despesas líquidas de juros inclui o prêmio de debêntures pago ao BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) de R\$521,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2009, o valor total do endividamento era de R\$14.427,1 milhões. Este nível de endividamento resultou em despesas financeiras de R\$579,0 milhões em 2009, das quais R\$1.013,6 milhões foram de despesas com derivativos, R\$382,1 milhões foram despesas líquidas de juros, R\$854,6 milhões foram receitas de variação cambial, R\$37,9 milhões foram despesas de impostos, contribuições, tarifas e outros.

Em períodos de crises econômicas, as taxas de desemprego aumentam, levando a uma diminuição do poder aquisitivo do consumidor, o que acaba por gerar uma redução na demanda de nossos produtos. Concomitantemente com a redução da demanda ocorre uma redução dos preços dos produtos deste setor o que acaba por reduzir nosso resultado operacional. Nestes períodos o financiamento torna-se mais dispendioso, o que também afeta nosso resultado operacional. Embora o PIB do Brasil tenha crescido pouco nos últimos anos, nosso negócio cresceu substancialmente devido à nossa expansão, aos nossos ganhos de produtividade e às melhorias nos processos produtivos.

A tabela abaixo mostra a análise de sensibilidade, que foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2011, os cenários (possível e remoto) consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

**k) Análise de sensibilidade**

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estão expostas em 31 de dezembro de 2011, simulamos possíveis alterações, de 25% e 50% nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros representam um cenário provável de impacto no resultado. A seguir os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os respectivos derivativos:

**Risco de câmbio (em R\$ mil)**

<b>Exposição</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável (I)</b>	<b>Cenário (II) De teorização de 25%</b>	<b>Cenário (III) De teorização de 50%</b>
Financeira	Depreciação R\$	-	(1.713.860)	(3.427.720)
Operacional	Depreciação R\$	-	611.648	1.223.296
Derivativos de proteção cambial	Apreciação R\$	(19.822)	565.968	1.131.936
		<b>(19.822)</b>	<b>(536.244)</b>	<b>(1.072.488)</b>
Premissa	Câmbio	1,8758	2,3448	2,8137

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

2010 e 2009

Considerando que em 2010 e 2009 a companhia estava sujeita, principalmente, ao risco de taxas de câmbio e juros sobre os seus ativos e passivos em moeda estrangeira e que se utiliza apenas de instrumentos derivativos para proteção dos referidos ativos e passivos, as variações de cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, provocando efeitos praticamente nulos.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviço:**

**2011** - No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 12,9% em relação ao ano anterior, totalizando R\$61.796,8 milhões. Esta variação se deve principalmente ao aumento do volume de vendas nas principais unidades de negócio e ao aumento da demanda e dos preços médios de venda.

**2010** - No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 57,7% em relação ao ano anterior, totalizando R\$55.055,8 milhões. Esta variação se deve principalmente pela consolidação dos resultados dos 12 meses de 2010 da Pilgrim's Pride e da fusão com o Bertin.

**2009** - A receita é impactada diretamente por variações nos níveis de demanda, mix de vendas, assim como de preços dos produtos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 15,0% em relação ao ano anterior, totalizando R\$34.905,6 milhões.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro:**

**2011** - O desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, uma vez que possui uma expressiva parcela dos custos e despesas operacionais incorridas em reais e que são reajustados pela inflação. A receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte dos aumentos nos custos para seus clientes por meio de aumentos de preços. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro e o endividamento, dado que a Companhia possui uma parte expressiva do endividamento denominado em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento denominado em moeda estrangeira (empréstimo e financiamento em moeda estrangeira de curto e longo prazos) era de R\$ 7.229,6 milhões, ou 15,2% do passivo e patrimônio líquido.

**2010** - O desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, uma vez que possui uma expressiva parcela dos custos e despesas operacionais incorridas em reais e que são reajustados pela inflação. A receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte dos aumentos nos custos para seus clientes por meio de aumentos de preços. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro e o endividamento dado que a Companhia possui uma parte expressiva do endividamento denominado em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2010, o endividamento denominado em moeda estrangeira (empréstimo e financiamento em moeda estrangeira de curto e longo prazos) era de R\$6.700,9 milhões, ou 15,0% do passivo e patrimônio líquido.

**2009** - O desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, uma vez que possui uma expressiva parcela dos custos e despesas operacionais incorridas em reais e que são reajustados pela inflação. A receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte dos aumentos nos custos para seus clientes por meio de aumentos de preços. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro e o endividamento dado que a Companhia possui uma parte expressiva do endividamento denominado em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2009, o endividamento denominado em moeda estrangeira (empréstimo e financiamento em moeda estrangeira de curto e longo prazos) era de R\$6.442,2 milhões, ou 14,7% do passivo e patrimônio líquido.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****10.3 Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:****a. da introdução ou alienação de segmento operacional:**

A Companhia busca constantemente oportunidades de investimento em diversos segmentos relacionados ao seu *core business*. Em 2009, concluiu a aquisição da Pilgrim's Pride e a fusão com a Bertin, o que resultou na atuação da Companhia no segmento de frangos, além de produtos lácteos, higiene e limpeza, biodiesel e couros. A entrada no segmento de frangos trouxe como efeito uma diversificação da empresa no setor de proteínas, o que diminuiu consideravelmente os efeitos de ciclos e sazonalidades nos resultados da empresa. A entrada no segmento de higiene e limpeza trouxe como sinergia o aproveitamento dos subprodutos bovinos para a produção de produtos de maior valor agregado. O segmento de produtos lácteos, oriundo da fusão com a empresa Bertin, trouxe a possibilidade de inserção em um setor de grande crescimento, produtos com maior valor agregado e margens operacionais satisfatórias.

**b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:**

É parte da estratégia de negócios da Companhia, a aquisição de empresas. Neste sentido, desde a sua fundação, a Companhia já realizou diferentes aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita de empresas adquiridas e/ou incorporadas, conforme o caso, ao longo do exercício, a saber, Bertin e Pilgrim's Pride, representaram R\$20.911,8 milhões, ou 37,9% da receita líquida do ano.

A Companhia celebrou no dia 15 de dezembro de 2009, através de sua subsidiária integral Swift Austrália, um acordo com o Vion Food Group para a compra da Tatiara Meat Company (Tatiara). A Tatiara é uma processadora de carne ovina de alta qualidade, focada em mercados sofisticados como Estados Unidos, Canadá e Europa, além do mercado doméstico australiano. É sediada em Bordertown South Austrália, uma região conhecida por seu rebanho ovino de alta qualidade, possui um faturamento anual de aproximadamente AUD 200 milhões (aproximadamente USD183 milhões) e a Companhia concordou em pagar AUD 30 milhões (aproximadamente USD27,5 milhões) pela Tatiara, sujeito à conclusão do processo de due diligence. Com essa aquisição, a JBS Austrália se torna a maior processadora de carne ovina na Austrália, com capacidade de abate de 24.500 cabeças por dia.

A Companhia confirmou no dia 22 de fevereiro de 2010, através de fato relevante divulgado ao mercado, a aprovação da aquisição da Tatiara pelas autoridades Australianas (ACCC - Australian Competition and Consumer Commission), a conclusão da aquisição e a incorporação imediata dos novos ativos, tornando a Companhia líder de mercado na Austrália no setor de ovinos. Com receitas ligeiramente inferiores a US\$200 milhões, a Tatiara reforçará a presença da JBS Austrália no mercado de exportação de carne de cordeiro de alta qualidade, no qual a Austrália tem aumentado sua participação nos últimos anos.

Em 20 de setembro de 2010 a Companhia concluiu, por meio de sua subsidiária integral Swift Australia, a aquisição dos ativos da Rockdale Beef, após a aprovação pelas autoridades competentes, incluindo órgão anti-trust da Austrália. A JBS pagou AUD40,5 milhões (US\$37,3 milhões aproximadamente) pelo negócio, sujeito a ajustes segundo o nível de capital de giro na conclusão. Com capacidade de abate de 200.000 bois por ano combinada com uma capacidade de confinar mais de 50.000 bois simultaneamente, a Rockdale Beef fortalecerá a presença da JBS na Austrália.

Em 09 de novembro de 2010, a Companhia adquiriu um bloco de 7 milhões de ações ordinárias da Pilgrim Interests (pertencente à família Pilgrim) listadas na bolsa de Nova York como PPC - Pilgrim's Pride. O preço unitário foi de US\$5.96 por ação, totalizando US\$ 41.720.000,00, pagos diretamente ao vendedor. O preço de compra foi calculado tomando como base o valor médio das ações da Pilgrim's Pride nos 30 dias anteriores ao fechamento da transação. Esse bloco de ações representou 3,27% do número total das ações emitidas da PPC e, assim, elevou a participação acionária da JBS na Pilgrim's Pride de 64,0% para 67,3%.

Em 4 de março de 2011, a Companhia e o Grupo Cremonini assinaram um "Termination Agreement" (Distrato), pondo fim a sua participação de 50% da Companhia no capital da Inalca JBS, de acordo com o Distrato, as ações que representam 50% do capital social da Inalca JBS foram devolvidas e o Grupo Cremonini reembolsou 218.855 mil Euros (R\$ 504.002) investidos pela Companhia em 2008. Como parte deste distrato, a Companhia e o Grupo Cremonini concordaram abandonar definitivamente todas as ações judiciais relativas às empresas, aos dirigentes e aos empregados.

Em 04 de março de 2011, a Companhia adquiriu os 30% restantes de participação no capital social da Rigamonti Salumifício. A Companhia detinha participação de 70% na empresa italiana desde dezembro de 2009. A Rigamonti, agora 100% detida pela JBS, é uma das dez maiores empresas de embutidos da

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

---

Itália, com um faturamento bruto de 130 milhões de euros por ano, sendo líder no setor de bresaola (carne bovina seca e curada, uma especialidade da gastronomia italiana).

**c. dos eventos ou operações não usuais:**

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 Opinião dos Diretores sobre:****a. mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Não houve mudanças significativas entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis da Companhia nos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011.

**(a) Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC e pelo IAS, com adoção a partir de 1 de janeiro de 2010 com impactos nas operações e demonstrações contábeis da Companhia.**

**CPC 3/ IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa,** as demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis.

**CPC 4/ IAS 38 – Ativos intangíveis com vida útil definida:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das eventuais perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (impairment). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio e, posteriormente, aos outros ativos, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício, e a perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

**CPC 15/IFRS 3 – Combinação de negócios:** A adoção deste Pronunciamento impactará substancialmente as metodologias de reconhecimento, mensuração e apresentação de uma combinação de negócios, com enfoque principal para alocação do ágio às contas do balanço determinantes da mais valia gerada e reconhecimento dos ativos e passivos provenientes de uma negociação, pelo seu valor justo. Os principais impactos dessa norma nas demonstrações contábeis da Companhia estão representados pela aquisição de parte significativa do controle acionário da PPC e fusão com a Bertin.

**CPC 20 - Custos dos empréstimos:** O Pronunciamento requer que a Companhia capitalize os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção dos seus ativos qualificáveis (bens que levam um período de tempo significativo para serem concluídos para o uso ou para venda, e estão apresentados na conta de obras em andamento) como parte do custo desse ativo. Os custos dos empréstimos da Companhia e de suas controladas relacionadas aos ativos qualificáveis são compostos por despesas com juros e variações cambiais que não serão alocados integralmente no resultado, pois farão parte da composição do custo destes ativos.

**CPC 21 – Demonstrações intermediárias e ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial:** A adoção deste Pronunciamento ocorreu na elaboração das demonstrações intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) do primeiro trimestre do exercício de 2010. No entanto, tais demonstrações não requerem a aplicação integral de todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC.

**CPC 22/ IFRS 8 – Informações por segmento:** O Pronunciamento visa aprimorar a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis da Companhia identificarem a natureza e os efeitos das atividades dos segmentos de negócio nos quais a Companhia opera. As análises da Companhia são elaboradas de acordo com as divisões internas de Unidades Geradoras de Caixas - UGC, conforme apresentado trimestralmente ao mercado nos relatórios de “press release” divulgados pelo departamento interno de relação com investidores. No entanto, a estrutura atual está em processo de aprimoramento de conceitos, ainda em observância à nova padronização requerida pelo

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

referido CPC e possivelmente levará em consideração os segmentos operacionais mais representativos da Companhia, compostos pelas divisões de Carne Bovina, Carne Suína, Aves, Couros, Láceos e Outros.

**CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro:** As políticas contábeis e mudanças de estimativas oriundas da adoção inicial dos Pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010 refletiram a apresentação e a comparabilidade das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2010, cuja comparabilidade teve como base as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009 e os saldos de abertura de acordo com os novos Pronunciamentos em 1 de janeiro de 2009.

**CPC 26/ IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis e ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial:** O Pronunciamento foi aplicado na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, comparativas com o exercício de 2009, e evidenciou a adoção integral de todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC.

**CPC 27 – Imobilizado, ICPC 03 – Arrendamento mercantil e ICPC 10 – Imobilizado Aplicação inicial ao ativo imobilizado e à Propriedade para investimento:** A implementação dos requerimentos estabelecidos neste Pronunciamento terá como principal enfoque a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados, desvinculando de forma definitiva os percentuais permitidos pela legislação fiscal vigente e refletindo a vida útil efetiva dos bens. Deste modo, os reflexos contábeis ocorrerão nas contas de custo e despesa de depreciação do exercício e conseqüentemente na composição dos valores residuais dos ativos imobilizados.

**CPC 29/ IAS 41 - Ativo biológico e produto agrícola:** A Companhia possui subsidiárias com ativos biológicos compostos por estoques de gado nas operações de confinamento, os quais são valorizados pelo seu custo em formação. No entanto, após a adoção deste Pronunciamento, utilizará a metodologia de valorização a mercado para os saldos de gado em estoque, cujos reflexos ocorrerão nas rubricas de estoque, custo dos produtos vendidos e ajuste de avaliação a mercado (resultado do exercício).

**CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada:** Devido à recente incorporação de empresa Bertin, com impacto da descontinuidade de algumas de suas operações referentes à divisão de “lácteos” ocorrida entre os exercícios de 2005 a 2007, a Administração reclassificou parte de seus ativos imobilizados relacionados às referidas operações, substancialmente compostos por terrenos e edificações, para o grupo de contas de “ativos mantidos para venda”, os quais serão avaliados de acordo com os preceitos estabelecidos neste Pronunciamento.

**CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial –** Os procedimentos adotados atualmente para elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, baseada na normas em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não diferem em seus aspectos relevantes aos preceitos do referido Pronunciamento e Interpretação.

**CPC 37 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** A Companhia estará obrigada a adotar este Pronunciamento que possui como objetivo estabelecer que as primeiras demonstrações contábeis sejam elas demonstrações intermediárias ou demonstrações contábeis estejam de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

**CPC 38/ IAS 39 – Instrumentos financeiros, Reconhecimento e mensuração, CPC 39 – Instrumentos financeiros, Apresentação, CPC 40 – Instrumentos financeiros, Evidenciação e OCPC 03 – Instrumentos financeiros:** A Companhia adotou durante o exercício de 2008 todos os requerimentos estabelecidos pelo CPC 14 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de todos os instrumentos financeiros contratados para cobertura dos riscos de taxas de juros, de taxas de câmbio e de preços na compra de gado. No entanto, o CPC 14 foi revogado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício de 2009, sendo este substituído pela Orientação Técnica OCPC 03 – Instrumentos financeiros, a qual foi utilizada como referência técnica pela Companhia em suas demonstrações

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

contábeis de 31 de dezembro de 2009. Em virtude das características dos instrumentos financeiros contratados, não haverá impactos relevantes após as vigências destes Pronunciamentos.

**CPC 41/ IAS 33 - Resultado por ação:** A Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

**Básico:** Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

**Diluído:** Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

**CPC 43/IFRS 1 – Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40:** A aplicação deste Pronunciamento Técnico ocorrerá de modo simultâneo com os CPC 15 a 40, uma vez que o mesmo servirá de referência técnica suporte para implementação dos Pronunciamentos elencados.

**ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos:** A Companhia realiza a provisão para pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25%, sendo o dividendo adicional reconhecido imediatamente no exercício antes da aprovação para emissão das demonstrações financeiras. No entanto, segundo o novo Pronunciamento, a distribuição adicional de resultado que ocorrer após a data do balanço e antes da data da autorização de emissão dessas demonstrações não deve gerar registro no passivo da entidade na data do balanço, por também não representar qualquer obrigação presente naquela data.

**Efeitos da adoção inicial das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC**

O IFRS 1 (“First-time adoption of International Reporting Standards” – Primeira adoção das práticas contábeis internacionais) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do IASB - (International Accounting Standards Board) em vigor na data de encerramento das primeiras demonstrações contábeis consolidadas nas práticas contábeis internacionais- IFRS, sendo a data base de 31 de dezembro de 2010. O IFRS 1 também exige que essas políticas sejam aplicadas na data de transição para o IFRS, e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em IFRS.

O CPC 37 (Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões internacionais de contabilidade em vigor na data de encerramento das primeiras demonstrações contábeis. Desta forma, na data base de 31 de dezembro de 2010, o CPC 37 (R1) também exige que essas políticas sejam aplicadas na data de transição, e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações nos padrões internacionais.

Na preparação das suas demonstrações contábeis individuais, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Interpretação à adoção inicial do IFRS x adoção das novas práticas contábeis do Brasil**

Na mensuração dos ajustes e preparação do balanço de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações contábeis individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação a consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetuou nas demonstrações contábeis individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações contábeis consolidadas.



**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Tal procedimento foi adotado de forma a obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, dessa forma a Administração entende que os pronunciamentos emitidos pelo CPC são completamente convergentes com o padrão internacional de contabilidade, segundo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board.

**Efeitos no patrimônio líquido e resultado oriundos da aplicação do IFRS 1 / CPC 37 (R1)**

A Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, as principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição com aquelas adotadas na apresentação das demonstrações contábeis comparativas estão descritas na nota explicativa abaixo, incluindo as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado. Conforme definido pelo CPC 37 (IFRS 1) são estabelecidas duas categorias de exceções ao princípio que o balanço patrimonial de abertura deve estar de acordo com todas as IFRS: as isenções e as exceções à aplicação retrospectiva das normas.

**(b) Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC e pelo IAS, com adoção a partir de 1 de janeiro de 2010 que não apresentam impactos nas operações e demonstrações contábeis da Companhia**

**CPC 05 (R1)/ IAS 24 (alterações) – Apresentação de Partes Relacionadas:** Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2011. A IAS foi revisada em decorrência da preocupação de que, na prática, a aplicação das atuais exigências de divulgação e atual definição de partes relacionadas podem ser difíceis de aplicar em ambientes com intenso controle do governo.

**CPC 16 – Estoques:** A Companhia adota por conservadorismo todos os requerimentos exigidos, basicamente em virtude da formação do custo do produto e pela avaliação a mercado dos saldos em estoque, cujo reflexo poderá ser refletido em “impairment” dos estoques.

**CPC 18 – Investimento em Coligada e em Controlada:** As metodologias de mensuração, apresentação e divulgação dos investimentos da Companhia em empresas coligadas e controladas atendem as exigências do Pronunciamento.

**CPC 21 / IAS 34 (alterações) - Demonstrações Contábeis Interinas:** Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2011. As alterações reforçam a necessidade de se apresentar as informações de eventos relevantes nas demonstrações contábeis mais recentes.

**CPC 24 - Eventos subsequentes:** O Pronunciamento determina quando a Companhia deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subsequentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações e as informações complementares que a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão e sobre eventos subsequentes ao período contábil a que se referem, sendo que os procedimentos adotados pela Companhia estão em conformidade com este Pronunciamento.

**CPC 25 – Provisões, passivos e ativos contingentes:** As avaliações para mensuração e reconhecimento de provisões, passivos e ativos contingentes da Companhia estão em conformidade com este Pronunciamento.

**CPC 26(R1) / IAS 1 (alterações) – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2011. Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

**CPC 30/ IAS 18 - Receitas:** Os critérios utilizados para reconhecimento da receita de todos os segmentos operacionais da Companhia atendem aos requerimentos do Pronunciamento, não havendo a necessidade de constituição de ajustes contábeis relativos ao corte da receita.

**CPC 32/IAS12 – Tributo sobre o lucro:** A metodologia de apuração de tributos sobre o lucro sejam eles ativos ou passivos fiscais e diferidos estão em conformidade com este Pronunciamento.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

**CPC 33/ IFRIC 14 (alterações) – Benefícios a empregados:** A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos, no entanto, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos do Pronunciamento.

**CPC 37(R1)/ IFRS 1 (alterações):** Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de julho de 2011. Alterações referentes a economias com fortes impactos hiper-inflacionários e remoção de datas fixas para primeiros adotantes, mudanças na política contábil no ano da adoção, base de reavaliação como custo atribuído (deemed cost ) e uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados;

**CPC 40 / IFRS 7 (alterações) – Instrumentos Financeiros:** Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de Janeiro de 2011. As alterações visam enfatizar a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com instrumentos financeiros. Resultante de propostas que foram definidas na minuta de alterações à IAS 39 e IFRS 7.

**IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:** Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2013. Classificação e mensuração de passivos financeiros e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Norma apresenta nova classificação e requisitos de medição de ativos financeiros que substituem a classificação e medição de requisitos previamente incluídos na norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros e novos requisitos para a classificação e mensuração dos passivos financeiros, de retirada de instrumentos financeiros, comprometimento e contabilidade de cobertura são esperados para ser adicionados ao IFRS 9, os quais provavelmente afetarão a contabilização da Companhia. Como resultado, a IFRS 9 acabará por ser um substituto completo para o IAS 39 - Instrumentos Financeiros.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:**

Não houve mudanças significativas entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis da Companhia nos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011.

Efeitos significativos das alterações contábeis com adoção a partir de 1 de janeiro de 2010 com impactos nas operações e demonstrações contábeis da Companhia:

Adoção Inicial - Sumário das práticas contábeis e Reconciliação dos ajustes efetuados desde a data de transição:

		1 de janeiro de 2009	
		Patrimônio líquido	
<b>Saldos Contábeis em BRGAAP *</b>	<b>Ref</b>	<b>6.134.411</b>	
Reclassificação de minoritários para o patrimônio líquido	a	(2.457)	
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	b	14.893	
Reversão do ativo diferido	c	(1.603)	
Efeitos sobre aquisições de companhias - fair value (valor justo)	d	794.059	
Imposto de renda diferido	e	55.321	
Outros ajustes	f	(729)	
<b>Total dos ajustes de divergências de práticas</b>		<b>859.484</b>	
<b>Saldos Contábeis em IFRS</b>		<b>6.993.895</b>	

  

		31 de dezembro de 2009	
		Patrimônio líquido	Resultado
<b>Saldos Contábeis em BRGAAP *</b>	<b>Ref</b>	<b>16.728.086</b>	<b>129.424</b>
Reclassificação de minoritários para o patrimônio líquido	a	1.642.890	-
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	b	37.036	22.143
Ajustes relativos a valorização a mercado de ativos biológicos	g	(6.342)	(6.342)
Efeitos sobre aquisições de companhias - fair value (valor justo)	d	480.533	(136.220)
Ganho em compra vantajosa da PPC	h	185.189	185.189
Imposto de renda diferido	e	84.796	29.475
Outros ajustes	f	(1.667)	(2.959)
<b>Total dos ajustes de divergências de práticas</b>		<b>2.422.435</b>	<b>91.286</b>
<b>Saldos Contábeis em IFRS</b>		<b>19.150.521</b>	<b>220.710</b>

  

		31 de dezembro de 2010	
		Patrimônio líquido	Resultado
<b>Saldos Contábeis em BRGAAP *</b>	<b>Ref</b>	<b>17.224.116</b>	<b>106.876</b>
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	a	49.027	11.991
Reclassificação de minoritários para o patrimônio líquido	b	1.100.478	-
Ajustes relativos a valorização a mercado de ativos biológicos	g	49.449	55.791
Efeitos sobre aquisições de companhias - fair value (valor justo)	d	141.511	(339.022)
Ganho em compra vantajosa da PPC	h	154.519	(9.463)
Imposto de renda diferido	e	(38.223)	(123.020)
Outros ajustes	f	13.972	(5.901)
<b>Total dos ajustes de divergências de práticas</b>		<b>1.470.733</b>	<b>(409.624)</b>
<b>Saldos Contábeis em IFRS</b>		<b>18.694.849</b>	<b>(302.748)</b>

Entende-se como "BRGAAP" as práticas contábeis brasileiras vigentes a partir 1 de janeiro de 2009, ou seja, CPC 01 ao CPC 14 e suas respectivas Interpretações e Orientações técnicas.

(a) - Reclassificação relativa a apresentação da participação de minoritários para o Patrimônio Líquido de acordo com o IAS 1/CPC 26 –Apresentação das Demonstrações financeiras.

(b) - De acordo com o IAS 23 (R)/CPC 20 - Custos de empréstimos, os custos dos empréstimos relacionados aos financiamentos para construção de ativos qualificáveis devem ser agregados ao custo do ativo.

(c) - De acordo com IAS 38/CPC 04(R1) - Ativo intangível , o ativo diferido foi extinto, sendo quaisquer saldos remanescentes classificados como despesa (se aplicável).

(d) - Refere-se ao ajuste de prática adotado entre o tratamento contábil para aquisição de empresas, *fair-value*, uma vez que na JBS USA aplicou-se a metodologia de contabilização de aquisições de empresas por meio do seu valor justo, sendo seus reflexos classificados no resultado do exercício representados substancialmente por depreciações e amortizações, das respectivas "mais valia".

(e) - Refere-se ao impacto de imposto de renda diferido relativo às diferenças de práticas identificadas.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

(f) - Outros ajustes relativos as diferenças de prática.

(g) - De acordo com o IAS 41/CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, os ativos biológicos com mercado ativo devem ser valorizados a valor justo.

(h) - Refere-se à diferença de práticas relacionadas no item 2.b, (Aquisição PPC) onde houve ganho de barganha devido ao preço negociado de aquisição, visto que a PPC estava em recuperação judicial, levando a um valor de negociação menor do que o valor de mercado.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:**

**O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 contém ênfases relacionadas:**

No último exercício, por dúvidas quanto à qualidade e credibilidade das informações contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis da Inalca JBS S.p.A., optou por não constituir equivalência patrimonial sobre sua participação societária na Inalca JBS S.p.A. nas demonstrações contábeis individuais e optou por não consolidar a Inalca JBS S.p.A. nas demonstrações contábeis consolidadas, ambas referentes ao período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2010.

Assim, na opinião dos Auditores Independentes, exceto pelos efeitos do assunto supracitado, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da JBS S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 contém ênfases relacionadas:**

Na opinião dos Auditores Independentes, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da JBS S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Na opinião dos Auditores Independentes, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

---

**10.5 Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS e de acordo com os CPCs requer que a Companhia efetue certos julgamentos e utilize premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor os ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas. Com o intuito de fornecer um entendimento de como a Companhia forma seu julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, segue abaixo um resumo das nossas principais práticas contábeis críticas.

**Resumo das principais práticas contábeis****a) Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo, na nota explicativa 23 apresentamos a conciliação da receita líquida.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 - Receitas, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas;
- (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens;
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas."

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

**b) Estimativas contábeis**

No processo das aplicações das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos, o que eventualmente pode ter impacto material nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- perda no valor recuperável de ativos não financeiros;
- perdas na redução de impostos a recuperar;
- benefícios de aposentadoria;
- mensuração a valor justo de itens relacionados a combinações de negócios

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

---

- valor justo instrumento financeiro;
- provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhista;
- perda estimada com crédito de liquidação duvidosa;
- ativo biológico; e
- vida útil do ativo imobilizado.

A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados decorrentes de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

**d) Contas a receber**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado pela eventual perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

**e) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa**

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa" são revertidos contra a baixa definitiva do título ao resultado do exercício.

**f) Estoques**

De acordo com o IAS 2/CPC 16 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

**g) Ativo biológico**

De acordo com o IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas, tais como cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado cujo efeito deve ser registrado no resultado do exercício.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

---

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo que o ganho, ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorre, em linha específica da demonstração do resultado, como receita bruta.

O registro do custo dos ativos biológicos é feito através do conceito de valor a mercado.

**h) Investimentos em controladas e controladas em conjunto ("joint ventures")**

De acordo com os requerimentos do IAS 31/CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) , "Joint ventures" são aquelas entidades nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em "joint ventures" são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das "joint ventures" são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social, conforme descrito na nota 11.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as participações em entidades controladas em conjunto e as participações de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As variações cambiais de investimentos em moeda estrangeira são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes acumulado de conversão.

**i) Imobilizado**

De acordo com o IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, uma entidade pode optar por mensurar um item do imobilizado na data de transição para o IFRS pelo seu valor justo e usar esse valor justo como seu custo presumido nessa data.

Dessa forma, o ativo imobilizado está registrado ao valor justo, demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas até 31 de dezembro de 2007 para parte significativa dos bens constantes do ativo imobilizado, baseadas em laudos de empresa especializada.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam direta ou indiretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos relacionados.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados quando da elaboração balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

**j) Intangível**

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado de acordo com o IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (perda no valor recuperável). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

**Ágio decorrente de combinação de negócios**

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

**Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio**

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

**k) Outros ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

**l) Fornecedores**

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

**m) Empréstimos e financiamentos**

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 15.

**n) Imposto de renda e contribuição social**



**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

---

**Impostos correntes**

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

**Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

**o) Dividendos**

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos declarados", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

**p) Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

**q) Participação de não controladores**

De acordo com os requerimentos do IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a participação de não controladores (Minoritários) deve ser apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido, assim como, serão destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

**r) Ativos e passivos contingentes**

De acordo com os requerimentos do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

**s) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Conforme previsto nas práticas definidas pelo IFRS a Companhia apresenta, quando aplicável, ativos e passivos a valor presente, de acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, no entanto o ajuste sobre o saldos de curto prazo ocorrem quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

---

No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considera as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considerou as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

**t) Consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo JBS são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas, originalmente, em moeda local, e para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, são convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas. Os ganhos e perdas decorrentes das movimentações do patrimônio líquido e reconhecimento do resultado pela taxa cambial média, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, nos termos definidos pelo IAS 21/CPC 2 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras.

**u) Conversão de moedas estrangeiras****Moeda funcional e de apresentação**

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais de cada uma das empresas controladas. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. As variações cambial positivas e negativas dos itens monetários é a diferença entre custo amortizado em moeda estrangeira convertidos à taxa de câmbio no final do período.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), sendo convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas, quando aplicável. Com o registro no resultado dos efeitos da variação cambial.

**v) Resultado por ação**

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

**w) Instrumentos financeiros**

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

---

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

**• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

**• Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os principais ativos que a Companhia possui classificados nesta categoria são "Contas a receber" e "Créditos com pessoas ligadas".

**• Mantidos até o vencimento**

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

**• Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, débitos com empresas ligadas e outras contas a pagar.

**• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

**• Derivativos**

A Companhia e suas controladas registram e divulgam seus instrumentos financeiros e derivativos de acordo com o IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRIC 9 - Reavaliação de derivativos embutidos e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros Divulgações. Os

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

---

instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Baseada em uma política de gerenciamento de risco do Grupo JBS, a Companhia e/ou suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de perda com exposição, principalmente, de riscos de variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, riscos de créditos e risco de liquidez, entre outros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio.

**x) Combinação de negócios**

De acordo com o IFRS 3/CPC 15 - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

**y) Benefícios a empregados****Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

**Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

---

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da controlada indireta PPC e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado.

Quando o cálculo resulta em um benefício para a controlada indireta, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na controlada indireta. Um benefício econômico está disponível a controlada indireta se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido são registrados em outros resultados abrangentes.

**z) Apresentação de relatórios por segmentos**

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

**aa) Demonstrações dos fluxos de caixa**

De acordo com o IAS 7/CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis.

**ab) Demonstração do resultado abrangente**

De acordo com o IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a demonstração do resultado abrangente é composta pela conversão de taxa de moeda estrangeira e avaliação patrimonial em investimentos.

**ac) Demonstrações do valor adicionado**

Conforme requerido pelo CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado a Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis individuais a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A Demonstração do Valor Adicionado, tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

**ad) Operação descontinuada**

Uma operação descontinuada é um componente de grupo de negócios que representa a maior parte do negócio ou área geográfica que foi baixado ou mantido para venda, ou casos de subsidiárias adquiridas exclusivamente para revenda.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

A classificação como operação atinge os critérios para ser classificados como mantido para venda quando a operação é classificada como descontinuadas, a demonstração comparativa é representada como se a operação tivesse sido descontinuada no início do período comparativo.

**ae) Novos pronunciamentos do IFRS, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações financeiras consolidadas**

Novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e / ou revisados e têm a adoção opcional em 31 de dezembro de 2011. A administração avaliou o impacto desses novos pronunciamentos e interpretações e decidiu não antecipar a adoção pois não terá um impacto significativo sobre as informações anuais da Companhia e sua controlada no ano da adoção inicial. Os principais pronunciamentos e interpretações são apresentados a seguir:

Não vigente:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e mensuração - Reflete a primeira fase do trabalho IASBs sobre a substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. IFRS 9 usa uma abordagem simplificada para determinar se um ativo financeiro for mensurado pelo custo amortizado ou valor justo, baseado na maneira pela qual uma entidade gere os seus instrumentos financeiros (modelo de negócio) e do fluxo de caixa contratuais típicas de ativos financeiros. A norma também exige a adoção de apenas um método para determinação das perdas no valor recuperável de ativos. A norma é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2015. A Companhia irá quantificar o efeito em conjunto com as outras fases, quando emitido, para apresentar um quadro abrangente.

- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - IFRS 10 como princípios emitidos estabelece para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. IFRS 10 substitui as exigências de consolidação na SIC-12 Consolidação Sociedades de Propósito Especial e IAS 27 demonstrações financeiras consolidadas e separadas e é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. Aplicação antecipada é permitida. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 10.

- IFRS 11 Acordos conjuntos - IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, focando nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências na divulgação de acordos conjuntos, exigindo um único método de contabilização de investimentos semelhantes. IFRS 13 substitui a IAS 31 Investimentos em "joint ventures" e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por "joint ventures", e é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2013. Aplicação antecipada é permitido. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11.

- IFRS 12 Divulgações de participação em outras entidades -. IFRS 12 é um padrão novo e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as filiais, acordos conjuntos, associados e entidades não consolidadas estruturado IFRS 12 é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2013. aplicação antecipada é permitido. A Companhia está analisando os impactos em suas divulgações resultantes da adoção do IFRS 12.

- IFRS 13 Mensuração do valor justo - IFRS 13 estabelece novos requisitos sobre como mensurar o valor justo e as divulgações relacionadas para o IFRS e os princípios contábeis americanos geralmente aceitos. O padrão é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2013. Aplicação antecipada é permitida. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 13.

- IFRIC 20 Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine (custos de exploração em fase de produção de mineradoras) - A IFRIC 20 trata das questões quanto ao reconhecimento dos production stripping costs (custos de exploração em fase de produção) como um ativo; mensuração inicial dos ativos da atividade de remoção; e mensuração subsequente dos ativos da atividade de remoção. É vigente para exercícios com início em/ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IAS 32 Instrumentos financeiros - As alterações do pronunciamento tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros. Estas alterações endereçam as

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

---

inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As alterações são vigentes para exercícios com início em/ou após 1 de Janeiro de 2014. Aplicação antecipada é permitida.

Outras melhorias para pronunciamentos existentes:

- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (exercícios iniciados em/ou após 01.07.2011).
- IAS 1 - Apresentação do resultados abrangentes (exercícios iniciados em/ou após 01.07.2012).
- IAS 12 - Impostos Diferidos: Recuperação de Ativos Subjacentes (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2012).
- IAS 19 - Benefícios a empregados (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2013)
- IAS 27 - Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2013).
- IAS 28 - Investimentos em coligadas (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2013).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu essas normas ou alterações equivalente a todos os pronunciamentos acima mencionados. A Companhia esta em processo de avaliação dos impactos das referidas normas em suas demonstrações financeiras.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:**

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, os Diretores da Companhia consideram que eventuais falhas de controles internos nos processos operacionais da Companhia são irrelevantes e não geram riscos materiais. Todos os controles chaves são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente pelas auditorias interna e externa. Adicionalmente, cumpre esclarecer que não houve ressalvas no parecer preparado pela BDO Trevisan Auditores Independentes para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 no que se refere a falhas nos seus procedimentos e controles internos.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, os Diretores da Companhia consideram que eventuais falhas de controles internos nos processos operacionais da Companhia são irrelevantes e não geram riscos materiais, com exceção aos assuntos relacionados a Inalca JBS S.p.A, em função das dúvidas quanto à qualidade e credibilidade das informações contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis da Inalca JBS S.p.A., optou por não constituir equivalência patrimonial sobre sua participação societária na Inalca JBS S.p.A. nas demonstrações contábeis individuais e optou por não consolidar a Inalca JBS S.p.A. nas demonstrações contábeis consolidadas, ambas referentes ao período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2010. Todos os controles chaves são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente pelas auditorias interna e externa. Adicionalmente, cumpre esclarecer que, com exceção em relação ao assunto supracitado, não houve ressalvas no parecer preparado pela BDO Trevisan Auditores Independentes para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 no que se refere a falhas nos seus procedimentos e controles internos.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, os Diretores da Companhia consideram que eventuais falhas de controles internos nos processos operacionais da Companhia são irrelevantes e não geram riscos materiais. Todos os controles chaves são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente pelas auditorias interna e externa. Adicionalmente, cumpre esclarecer que não houve ressalvas no parecer preparado pela KPMG Auditores Independentes para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 no que se refere a falhas nos seus procedimentos e controles internos.

**b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:**

No que diz respeito aos exercícios sociais findos em 2011, 2010 e 2009, os Diretores são da opinião de que não houve recomendações relevantes dos auditores independentes nos seus respectivos relatórios que merecem destaque.



**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/ itens não evidenciados**

---

**10.7 Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:****a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados:**

A Companhia realizou sua oferta pública inicial em março de 2007, cujo total montante captado foi de R\$1.200.000,00. Tais recursos foram investidos da seguinte forma: 70% em investimentos de capital para expansão da capacidade operacional, incluindo aquisição de empresas e/ou plantas de abate, e os restantes 30%, em capital de giro.

Em 31 de maio de 2010, a Companhia encerrou a distribuição pública de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Pública"), em mercado de balcão não organizado e em conformidade com a Instrução CVM 400, ao preço de R\$8,00 por Ação, perfazendo o total bruto de R\$1.600,0 milhões. Estes recursos estão sendo destinados em 67% à ampliação da plataforma global de distribuição da Companhia e em 33% ao capital de giro.

**b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:**

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas no prospecto da oferta pública inicial de ações datado de abril de 2007.

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação, descritas no prospecto de distribuição pública de ações datada de maio de 2010.

**c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:**

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas no prospecto.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

---

**10.8 Opinião dos Diretores sobre a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):**

Até a presente data, a Companhia não tinha quaisquer passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras para financiar as suas operações. A Companhia não possui subsidiárias nas quais detém participação majoritária ou controles sobre suas operações que não estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

**a. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**Formulário de Referência – JBS S.A****10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

---

**10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

- b. natureza e o propósito da operação:**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.